

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**GIOVANA ANDRADE LAZZARIN**

**A REMOÇÃO DA VILA NAZARÉ E A (IN)VIABILIZAÇÃO DO TRABALHO DE  
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO LOTEAMENTO IRMÃOS  
MARISTAS**

**PORTO ALEGRE**

**2023**

**GIOVANA ANDRADE LAZZARIN**

**A REMOÇÃO DA VILA NAZARÉ E A (IN)VIABILIZAÇÃO DO TRABALHO DE  
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO LOTEAMENTO IRMÃOS  
MARISTAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharelado em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Almeida de Magalhães

**PORTO ALEGRE**

**2023**

### CIP - Catalogação na Publicação

Lazzarin, Giovana Andrade

A REMOÇÃO DA VILA NAZARÉ E A (IN)VIABILIZAÇÃO DO TRABALHO DE CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS NO LOTEAMENTO IRMÃOS MARISTAS / Giovana Andrade Lazzarin.

-- 2023.

54 f.

Orientador: Alexandre Almeida de Magalhães.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Remoção. 2. Reassentamento. 3. Catadores de Materiais Recicláveis. 4. Concessão. I. Almeida de Magalhães, Alexandre, orient. II. Título.

## AGRADECIMENTOS

*Viver é partir, voltar e repartir*

*Partir, voltar e repartir.*

Emicida

A cada um e a cada uma que foram fundamentais para a construção de quem sou hoje. Por todo incentivo, admiração e compreensão, que foram combustíveis para que eu continuasse a trajetória acadêmica. Por cada um e cada uma que contribuíram para essa pesquisa, seja incentivando ou seja fornecendo informações. Eu parto, mas ao voltar, reparto.

À minha mãe, Janaína, por todo zelo e cuidado que foram as raízes da minha criação. O coração sensível e o olhar atento e acolhedor de minha mãe me inspiram a ser melhor e a dar meu melhor a cada dia. Agradeço por tudo, mãe, você sabe o quanto sou fruto do seu esforço e dedicação em criar não só um, mas quatro filhos. Uma árvore, ainda que pequena em tamanho, pode nutrir de afeto muitos frutos.

Ao meu pai, Alexandre, que vejo a cada dia desenvolvendo mais afeto e esforçando-se para ser um pai ainda melhor. Minha admiração por ti segue ainda em construção, sempre é possível admirar um pouco mais, e é difícil não o fazer quando vejo o cuidado que tens com a Aléxia, nossa caçulinha, e a preocupação com cada um de nós. Obrigada, pai, pelo coração enorme que tens, pelo grande repertório de piadinhas e por ser quem és.

Às minhas três irmãs e ao meu irmão, Alexandra, Helena, Aléxia e Fabrício. Agradeço por serem exatamente do jeitinho que são, se sou quem sou hoje, também se deve a nossa criação conjunta. Agradeço por cada risada que dou quando estou com vocês e, se tenho forças para seguir minha trajetória, é também para que sintam admiração por mim.

À Jenifer, quem tenho o prazer e a felicidade em poder chamar de amor. Grata, meu bem, por todo incentivo, afeto, dengo, paciência e carinho compartilhados. Ter te encontrado nunca foi sorte, sempre foi Exu.

À família que pude escolher: meus amigos. Em especial, à Aiá, minha amiga e fiel companheira durante toda a trajetória acadêmica, entramos juntas e estamos saindo juntas. Grata por tudo, amiga, por todo apoio, incentivo, carinho e admiração. Você é peça fundamental na construção de quem sou e de quem quero ser. Agradeço por cada trabalho que fizemos juntas, cada disciplina que nos apoiamos para continuar, cada leitura atenta e opiniões dadas, cada volta para casa juntas... obrigada por também ser minha casa. Agradeço também à Math, por ser um dos amigos que mais tenho admiração somente por ser quem é. Sua força,

sede por um mundo melhor e proatividade me inspiram. Grata por todo apoio, palavras de conforto e por ter colocado sua mãe, dona Vera, em minha vida. Agradeço ainda à Pâm, por ser a pequena grande mulher que me inspira e me impulsiona a ser melhor a cada dia. Grata, amiga, pela amizade de quase 10 anos já. Ademais, a todas e todos amigos e familiares que fizeram parte desses 24 anos da minha vida, aos que já foram e aos que ficaram.

Ao meu orientador, Alexandre, que me apoiou e acolheu ao longo desse processo de elaboração da pesquisa. Grata por seus direcionamentos, suas contribuições e pelas orientações em trânsito, durante as viagens de ônibus no retorno para nossas casas. Seu conhecimento e experiências foram fundamentais para o desenvolvimento desse trabalho e também contribuíram para a formação da profissional que venho me tornando.

Às catadoras e catadores que contribuíram com o desenvolvimento dessa pesquisa e que contribuem diariamente para uma sociedade melhor. Sem vocês nada seríamos, agradeço do fundo do meu coração.

À UFRGS e a todas as portas que foram abertas desde que adentrei neste universo. Não é um ambiente fácil de se estar, mas ainda assim não tenho palavras para agradecer o quanto foi enriquecedor e potente fazer parte desse espaço multidisciplinar. A cada professor e professora, servidor e servidora, terceirizados e colegas, muito obrigada por contribuírem para a construção desse espaço e de nós mesmos.

*É o povo de cá pedindo pra não sofrer  
Nossa genteilhada precisa sobreviver  
E levantam-se as mãos pedindo pra Deus Oyá  
Já não se vive sem farinha e pirão não há  
Não haveria motivos pra gente desanimar  
Se houvesse remédio pra gente remediar  
Já vai longe a procura da cura que vai chegar*

(Carica/Prateado)

## RESUMO

Esta pesquisa discorre sobre os impactos que a remoção e o reassentamento da Vila Nazaré, comunidade existente há mais de 50 anos na zona norte da cidade de Porto Alegre, tiveram sobre as dinâmicas de trabalho e convívio social de catadores de materiais recicláveis reassentados no Loteamento Irmãos Maristas. A remoção da comunidade se deu em função da ampliação da pista de pouso e decolagem do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, facilitada pela concessão do aeroporto. O estudo busca analisar o modo como políticas públicas, neste caso de habitação, reconfiguram as dinâmicas de trabalho, de espaço, de mobilidade e de subjetividade de sujeitos removidos ou em situação de remoção. Para a realização dessa pesquisa, parto do conjunto de experiências facilitado por um estágio em uma Organização da Sociedade Civil (OSC), responsável pelo pós-reassentamento, o qual me aproximou do universo empírico da pesquisa. Serão desenvolvidas análises a partir de observações realizadas em campo e da aplicação de entrevistas semiestruturadas. As análises apresentam os atores, as ações, as táticas e as estratégias presentes no processo de remoção e de reassentamento da Vila Nazaré.

**Palavras-chave:** Remoção; Reassentamento; Catadores de Materiais Recicláveis; Concessão.

## **ABSTRACT**

This research discusses the impacts that the removal and resettlement of Vila Nazaré, a community that has existed for more than 50 years in the north of the city of Porto Alegre, had on the dynamics of work and social interaction of collectors of recyclable materials resettled in the Loteamento Irmãos Maristas. The removal of the community was due to the expansion of the runway of the Salgado Filho International Airport, in Porto Alegre, facilitated by the concession of the airport. The study seeks to analyze how public policies, in this case of housing, reconfigure the dynamics of work, space, mobility and subjectivity of subjects removed or in a situation of removal. To carry out this research, I start from the set of experiences facilitated by an internship in a Civil Society Organization (CSO), responsible for post-resettlement, which brought me closer to the empirical universe of research. Analyses will be developed from observations carried out in the field and from the application of semi-structured interviews. The analyses present the actors, actions, tactics and strategies present in the process of removal and resettlement of Vila Nazaré.

**Keywords:** Removal; Resettlement; Recyclable Material Collectors; Concession.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 PARTE I: ANTES/DURANTE A REMOÇÃO</b> .....	21
2.1 A RECICLAGEM NO ANTIGO TERRITÓRIO E A TRANSITORIEDADE NECESSÁRIA À VIDA .....	30
<b>3 PARTE II: NOVO TERRITÓRIO</b> .....	39
3.1 “UMA CAIXINHA DE FÓSFORO: A (IN)VIABILIZAÇÃO DA RECICLAGEM NO NOVO TERRITÓRIO” .....	43
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	52
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	55

## 1 INTRODUÇÃO

**“É um marco social e de desenvolvimento. Concluímos hoje um reassentamento com dignidade para as famílias, oportunizando a expansão final da pista do aeroporto, que significa movimentar a economia e a geração de empregos em Porto Alegre e no Estado”**

Esta fala foi dita pelo atual prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, ao visitar a comunidade da Vila Nazaré, situada na zona norte da cidade, mais precisamente no bairro São João, junto de servidores da prefeitura, para tornar pública a finalização do “maior reassentamento contínuo da história de Porto Alegre” (PMPA, 2021). Na reportagem publicada pela prefeitura, menciona-se que o prefeito destacou que “esta pauta foi uma das prioridades da gestão até aqui”. Nesse sentido, recorro ao que apontam Magalhães e Petti (2018),

em diferentes regiões do país, os grandes empreendimentos econômicos, tratados como fundamentais ao modelo de desenvolvimento recentemente experimentado, ocorreram *pari passu* a profundas e significativas alterações sócio-territoriais, implicando deslocamentos populacionais que não encontrariam precedente na história recente do país (MAGALHÃES; PETTI, 2018, p. 258).

Além disso, os autores afirmam que, devido ao alargamento da administração e gestão de determinadas populações, constitui-se um processo de intervenção estatal que tem incidência sobre a circulação de certas pessoas e grupos no espaço na cidade, que acaba redefinindo os fluxos e usos que a constituem (MAGALHÃES, 2013 apud MAGALHÃES; PETTI, 2018, p. 259). Além da modificação nesses fluxos, há diversas questões envolvidas no processo de remoção de várias comunidades da cidade de Porto Alegre, sobretudo no pós-reassentamento das comunidades, depois de já removidas e realocadas em algum dos condomínios disponibilizados e espalhados ao longo da cidade.

Algumas dessas questões vêm sendo enfrentadas pelos novos moradores do Loteamento Irmãos Maristas, situado no bairro Mário Quintana, também conhecido como Timbaúva, na capital do Rio Grande do Sul, e mais à frente irei mencioná-las. A seguir, compartilho dois mapas simples que possibilitam vislumbrar a localização do território do loteamento, denominado como ponto A, da Vila Nazaré, denominada como ponto B, e a distância entre os dois pontos (cerca de 8 km).

Figura 1: Localização dos territórios diante da cidade de Porto Alegre

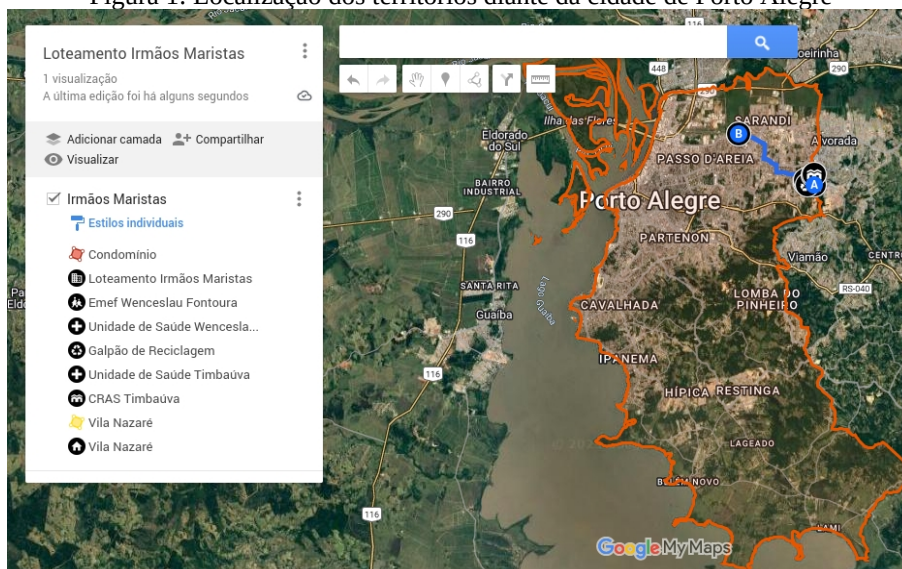
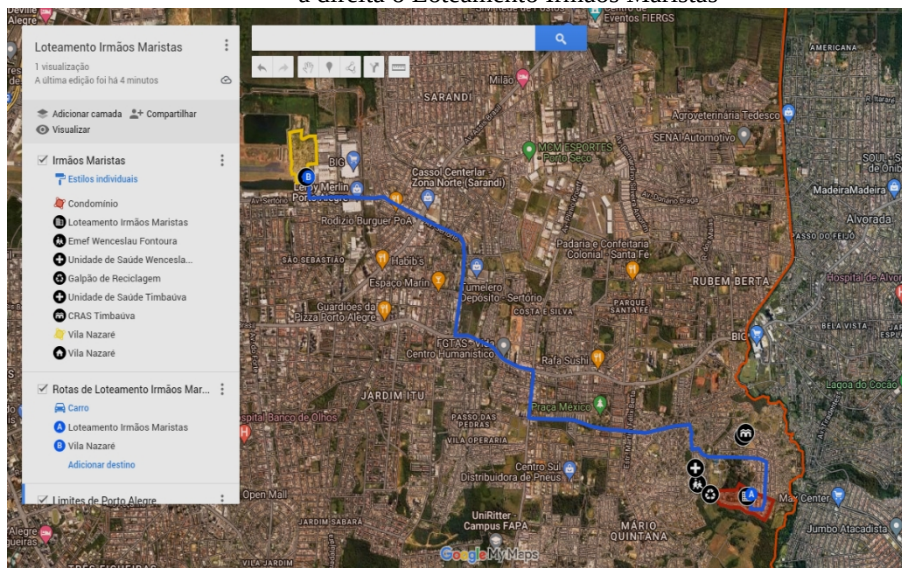


Figura 2: Distância entre os territórios, à esquerda fica a Vila Nazaré à direita o Loteamento Irmãos Maristas



Cabe aqui ressaltar o que é um loteamento, considera-se como a divisão de uma grande área de terra em lotes menores destinados à edificação, cujo responsável pode ser tanto pessoa física, empresa privada, órgão público ou cooperativa, no entanto, para realizar a venda dos lotes deve-se ter aprovação prévia de um projeto na prefeitura (PMPA<sup>1</sup>). O loteamento em questão foi criado para a realização de um reassentamento, principalmente de famílias oriundas da Vila Nazaré, conforme mencionado anteriormente. No entanto, além da Vila Nazaré, comunidade instalada há mais de 5 décadas e que se localizava às margens do Aeroporto Internacional Salgado Filho, cuja motivação principal para sua remoção surgiu

<sup>1</sup> Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/pgm/default.php?reg=6&p\\_secao=29](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/pgm/default.php?reg=6&p_secao=29). Acesso em fevereiro de 2023.

deste fato, muitas outras vilas foram reassentadas no loteamento em questão. Famílias oriundas do Parque Chico Mendes, removidas por ser uma área de preservação natural, da Vila Herdeiros, vulgo Cafuncho, removidas por localizarem-se próximo a uma barragem, além de diversas outras localidades englobadas pelo Aluguel Social<sup>2</sup>.

Diferente do que foi mencionado pelo prefeito, a política remocionista da cidade de Porto Alegre não seria de se considerar um “marco social e de desenvolvimento” (PMPA, 2021) pois, para além do interesse público-privado das remoções, pode-se associar também, segundo Gutterres (2017, p. 574), diante de sua reflexão a partir do trabalho de Machado da Silva e Figueiredo (2015), o fato de muitos dos programas de urbanização utilizarem “a necessidade e o desejo de urbanização por parte dos moradores – leia-se saneamento básico, iluminação, arruamento, acessibilidade – para efetivação da remoção parcial ou total das moradias em diferentes localidades” (GUTTERRES, 2017, p. 574). Isso pode ser observado no caso da Vila Nazaré, que teve sua remoção combinada às justificativas de insalubridade do local, região alagadiça e irregularidade do território. Apesar de haver pouco material disponível relacionado à história da Vila Nazaré, é possível perceber que se trata de uma remoção arquitetada já há alguns anos. Segundo o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), entre 2006 e 2007 foi realizado o primeiro diagnóstico socioeconômico<sup>3</sup> da comunidade, identificando o perfil dos moradores, a estrutura de suas residências, suas fontes de renda, há quanto tempo moravam na vila, além de gênero, raça e outros fatores (DEMHAB, 2015). No final do ano de 2009, e início do ano de 2010, houve a realização de um segundo levantamento socioeconômico, objetivando atualizar as informações. Saliento aqui que durante esse período, mais precisamente em 2007, houve o anúncio de que Porto Alegre seria uma das cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Isso fez com que algumas modificações tivessem que ser realizadas na cidade para adequação aos moldes exigidos pela FIFA, possivelmente acelerando o processo de remoção da comunidade, assim como ocorreu com outras remoções ao longo do país durante esse período. No entanto, a remoção propriamente dita só iniciou em 2019, tendo sua conclusão decretada em 2021. Cabe salientar que nem toda população da Vila Nazaré foi removida, somente as famílias que estavam inseridas nas áreas de interesse da Fraport (empresa que assumiu o Aeroporto

---

<sup>2</sup> Este é um benefício eventual e temporário, destinado a atender famílias que se encontram em áreas de risco, devidamente comprovadas; residentes em áreas públicas, com processo de regularização fundiária; ou que estiverem em áreas atingidas pela execução de obras de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento municipal (<https://prefeitura.poa.br/carta-de-servicos/aluguel-social>).

<sup>3</sup> Presente no Plano de Trabalho Técnico Social disponibilizado pelo DEMHAB em [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/demhab/usu\\_doc/projeto.vila.nazare.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/demhab/usu_doc/projeto.vila.nazare.pdf).

Internacional Salgado Filho através de concessão<sup>4</sup> realizada em 2017), tendo sido, segundo a Justiça Federal da 4ª Região (2022), “1.020 do Sítio Aeroportuário, 169 da Área Remanescente e uma da Área Remanescente na Revalidação de 2021”, contabilizando 1.190 famílias.

Ao longo de todo o processo de remoção, muitos foram os impactos sentidos pelas comunidades. Um dos segmentos mais impactados negativamente pelas políticas remocionistas foi o de reciclagem. Muitos moradores trabalhavam com coleta, separação e venda de materiais recicláveis no seu território de origem. Moradia e local de trabalho situavam-se no mesmo território, muitas vezes sendo a própria moradia o local de trabalho. Em outras ocasiões o trabalho era realizado em algum galpão de reciclagem existente na comunidade, principalmente na Vila Nazaré.

Como destaca Cardoso (2022), catador de materiais recicláveis e Cientista Social, de acordo com o Banco Mundial (2014), “no mundo, mais de 15 milhões de catadoras/es trabalham coletando, separando e encaminhando materiais recicláveis para a reciclagem, destes, 4 milhões estão presentes na América Latina e 800 mil no Brasil” (MNCR., 2014 apud CARDOSO, 2022). Desses 800 mil trabalhadores brasileiros, atualmente uma parcela encontra-se aguardando a entrega de um galpão de reciclagem no Loteamento Irmãos Maristas, prometido como forma de contrapartida por conta da remoção. Cardoso (2022) afirma que, mesmo que legislações nacionais coloquem a categoria catador enquanto principal ator da cadeia produtiva da reciclagem, milhares de catadores ainda permanecem às ruas e lixões a céu aberto,

sobrevivendo com as sobras das riquezas produzidas, com aquilo que já perdeu seu valor e que geram imensuráveis prejuízos econômicos e ambientais, os quais nas mãos das catadoras/es, ganham outro significado, gerando renda e proteção ambiental (CARDOSO, p. 8, 2022).

Neste sentido, é inegável a importância e função social e ambiental deste tipo de trabalho, existente há muito tempo, antes mesmo da instauração da coleta seletiva em Porto Alegre, a qual iniciou somente em 1990 (CARDOSO, 2022). Catar, separar, organizar e comercializar, o ciclo da catação conta também com veículos de tração animal (VTA), as chamadas “carroças”, e/ou veículos de tração humana (VTH), conhecidos como “carrinhos”. Na Vila Nazaré, por exemplo, não era diferente, no processo da reciclagem diversos catadores faziam uso desses veículos para facilitar o transporte dos materiais coletados para

---

<sup>4</sup> Concessão, segundo a Lei nº 8.987/95, é a “delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado”. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8987compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987compilada.htm). Acesso em março de 2023. No caso do aeroporto de Porto Alegre, o prazo é de 25 anos.

comercializar. Além disso, de acordo com documento elaborado pelo DEMHAB<sup>5</sup>, os catadores contavam com pelo menos 36 galpões de reciclagem no território da Vila Nazaré, construídos autonomamente pela comunidade.

No entanto, apesar de terem sido identificadas essas 36 edificações com uso exclusivo para reciclagem, e de grande parte dos moradores serem catadores, a reciclagem foi desconsiderada enquanto meio de trabalho. Sendo assim, é possível constatar que esta categoria de trabalho sofreu um processo de invisibilização e inviabilização durante a elaboração do Plano de Trabalho Técnico Social<sup>6</sup>, que dispõe sobre o projeto de reassentamento, apesar de terem identificado uma resistência à remoção em relação “aos moradores que sobrevivem da reciclagem, pois, embora estejam em condições de moradia precárias, consideram que faltará espaço para a triagem de seus resíduos e abrigamento de carroças e cavalos” (DEMHAB, 2015), o que de fato ocorreu.

Ao se mudarem para o Loteamento Irmãos Maristas, os trabalhadores perderam sua fonte de renda, pois não é permitido fazer reciclagem no condomínio. Entretanto, após muita reivindicação, as catadoras e catadores de materiais recicláveis conseguiram que fosse construído um galpão de reciclagem no novo território, como contrapartida da empresa alemã Fraport. A partir disso, surgem então diversos desafios e expectativas, a criação de uma cooperativa, a construção do galpão de reciclagem para o funcionamento da Unidade de Triagem, o desenvolvimento de uma coletividade, construída à priori de modo diferente, as frustrações diante das burocracias do processo, entre outros fatores.

Diante disso, tive a oportunidade de observar a vivência dos catadores e das catadoras de materiais recicláveis dentro desse processo e, a partir dessa observação, busquei refletir sobre os atores, ações e impactos presentes durante a remoção e o pós-reassentamento no Loteamento Irmãos Maristas. Desde 2020 estive em trânsito entre as duas Organizações da Sociedade Civil (OSC) responsáveis pelo pós-reassentamento da Vila Nazaré, foram 4 meses sendo estagiária na primeira OSC (de novembro de 2020 a março de 2021) e 6 meses sendo estagiária na segunda OSC (de julho de 2022 a janeiro de 2023). Durante esses 10 meses em

---

5 Vide Projeto Técnico Social disponibilizado pelo DEMHAB em [http://lproweb.procompa.com.br/pmpa/prefpoa/demhab/usu\\_doc/projeto.vila.nazare.pdf](http://lproweb.procompa.com.br/pmpa/prefpoa/demhab/usu_doc/projeto.vila.nazare.pdf)

6 Segundo o Caderno de Orientação Técnico Social (COTS), disponibilizado pela Caixa Econômica Federal - que é o agente operador de alguns desses programas - o Trabalho Técnico Social (TTS) é "o conjunto de ações que visam promover a autonomia e o protagonismo social, planejadas para criar mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços, adequando-os às necessidades e à realidade dos grupos sociais atendidos, além de incentivar a gestão participativa para a sustentabilidade do empreendimento" (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2013, p. 4). O Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS), por sua vez, é compreendido enquanto o documento que sistematiza a proposta de trabalho junto aos beneficiários, devendo ter um enfoque multidisciplinar, “fundamentando-se nos princípios de participação comunitária, sustentabilidade dos empreendimentos e preservação ambiental” (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2013, p. 4).

que estive inserida nesse processo, presenciei inicialmente o desenvolvimento da remoção propriamente dita. Acompanhei a mudança de algumas famílias para o novo território, observando as dificuldades iniciais como o sorteio para a escolha das unidades habitacionais, a assinatura dos contratos, o agendamento da mudança, a ligação da luz, a demolição das antigas casas, a vistoria dos novos apartamentos, a entrega das chaves e as irregularidades na infraestrutura dos prédios. Quando iniciei no projeto, conforme mencionado, estava ocorrendo o processo de reassentamento, depois, quando retornei, a maior parte das ações eram pensadas para o pós-reassentamento, e foi quando surgiu meu interesse pelo tema da pesquisa.

A partir disso, comecei a acompanhar mais de perto a rotina de (falta de) trabalho para os catadores e as catadoras de materiais recicláveis, e a expectativa em torno das promessas de reinserção no mercado de trabalho, seja através de novas cooperativas, seja através da construção de um galpão para reciclagem no Loteamento Irmãos Maristas. Objetivei, assim, explorar mais esta questão também como forma de documentar essa negligência que os trabalhadores vêm sofrendo durante todo o processo de remoção, desde seu planejamento. Nesse sentido, pensando nos fatores motivacionais para o desenvolvimento dessa pesquisa, reflito sobre minha aproximação com a problemática do gerenciamento de resíduos. Em 2017 ingressei em um curso Técnico de Meio Ambiente e tive os primeiros contatos com o tema; descobrir e observar o caminho traçado pelos resíduos a partir do árduo trabalho dos catadores foi o início de uma longa e curiosa trajetória. Já em 2018, ao ingressar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tive o prazer de ter como colega um catador de materiais recicláveis e forte liderança nesse meio, o que fez com que o aprendizado e a curiosidade seguissem sendo alimentados. Neste sentido, acredito que muito do que motivou o direcionamento do meu olhar e me aproximou do tema foram as trocas estabelecidas nestas encruzilhadas da vida.

Sendo assim, considero que, dos 10 meses em que estive trabalhando no projeto, 3 meses foram focados em desenvolver o trabalho de campo junto aos catadores e catadoras e demais moradores do loteamento. Conversei com minhas supervisoras de estágio sobre o interesse na pesquisa e adequamos minhas atividades para que eu pudesse exercer o trabalho de campo enquanto atuava no projeto. Além da observação diária, anterior ao acordado com minhas supervisoras, oficialmente passei a contribuir com a equipe que realizava o acompanhamento das famílias inseridas no ramo da reciclagem de outubro de 2022 a janeiro de 2023. Acompanhei 6 das 29 entrevistas que a equipe realizava objetivando dimensionar o número de famílias recicladoras e o modo como organizavam seu trabalho; participei das duas visitas realizadas na CooperTuca com as catadoras, que tinham como objetivo apresentar a

elas o funcionamento de uma Unidade de Triagem já instaurada e operante; acompanhei também a leitura do Estatuto da cooperativa para as catadoras e catadores de materiais recicláveis, além da assembleia para eleição da direção da mesma – nesta última eu já havia sido desligada do projeto mas devido ao carinho e compromisso com eles, optei por participar e auxiliar perante os trâmites burocráticos deste processo; também os acompanhei na visita que fizemos às instalações do futuro galpão; além disso, desenvolvi uma entrevista semiestruturada e a realizei com duas catadoras, Juraci e Glades, que considerei serem fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, ambas realizadas em janeiro de 2023. Além disso, utilizo também como fio condutor os relatos de Andressa, Maria e Sônia, coletados durante o trabalho de campo, sendo uma membro da direção do Clube de Mães e as outras duas são catadoras. Diante disso, considero que este foi o processo que permitiu o desenvolvimento da pesquisa em questão.

Agora, quanto às inquietações para esta pesquisa, elas advieram de uma série de relatos ouvidos e presenciados que atiçaram minha curiosidade e demonstraram a necessidade de um estudo para documentar o ocorrido, visto que, durante levantamento bibliográfico, fora analisada a falta de estudos a respeito, especialmente com este recorte. Neste sentido, recorramos ao que Lisboa (2013) aponta em seu estudo, que focaliza os itinerários (entendidos como uma sequência de operações que se sucedem no tempo) de catadores de materiais recicláveis integrantes de associações e cooperativas localizadas na região sul do Brasil. Segundo Lisboa (2013), os catadores reconstroem cotidianamente suas identidades através das sobras e nos interstícios da sociedade, desde um ‘entre lugares’ que é o estar ‘em trânsito’” (LISBOA, p.16, 2013). Sendo assim, de que maneira podemos observar que esse “estar em trânsito” se interpela com as modificações nas relações sociais e econômicas impostas pelo reassentamento?

Num primeiro momento, demarquei meu problema de pesquisa tendo como enfoque a Vila Nazaré e o impacto do reassentamento na vida dos catadores de materiais recicláveis de lá removidos. Pressupus, inicialmente, que grande parte do contingente de catadores seriam oriundos da Vila Nazaré, primeiro por ser a maior das vilas reassentada no loteamento estudado e segundo pelo longo histórico de reciclagem que ocorria na vila. Em parte, não me equivoquei com o que pressupus, catadores da Vila Nazaré estavam sim em maior número, no entanto, conforme fui estabelecendo contatos, me aproximando dos catadores e conhecendo um pouco mais suas origens, percebi que este espaço também contava com catadores oriundos do Parque Chico Mendes. A partir disso, inverti, então, o modo como havia delimitado meu problema, pensando, agora, de que forma, para além do processo de remoção em si, o



reassentamento, especificamente no Loteamento Irmãos Maristas, impactou as dinâmicas de trabalho e convívio social dos catadores de materiais recicláveis. Portanto, esta pesquisa tem como objetivo analisar o modo como políticas públicas reconfiguram as dinâmicas de trabalho, de espaço, de subjetividade e de mobilidade buscando mostrar como essas reconfigurações se constituem no estudo de caso do Loteamento Irmãos Maristas.

O marco teórico utilizado percorre os caminhos traçados por Michel Foucault (1998 e 2008), fazendo uso dos conceitos de *governamentalidade e tecnologias de governo*, aplicados ao âmbito da remoção, e utiliza como base pesquisas realizadas no âmbito da cidade de Porto Alegre, como as de Juliana Mesomo (2014), de Tiana de Jesus (2014) e da Comissão de Movimento Urbano e Agrário Seção Porto Alegre (2011) que discorrem, respectivamente, sobre as remoções da Tronco, da Vila Dique e da Vila Chocolate. Tais pesquisas são fundamentais para se compreender as políticas remocionistas implementadas na capital e a maneira como determinadas lógicas institucionais se repetem. Além disso, esta pesquisa perpassa pelos conceitos de habitar, no sentido de Candice Souza (2021), e estar em trânsito, no sentido de Cassiano Lisboa (2013), para buscar entender como a remoção impacta a mobilidade de pessoas removidas e reassentadas, sobretudo catadores e catadoras de materiais recicláveis. Articuladamente, algumas análises deste estudo aproximam-se do que Stella Paterniani (2016) chama de *branquidade do Estado*, e do que Margit Ystanes e Alexandre Magalhães (2020) denominam de *governo racializado*. Em ambos os casos, trata-se de considerar as lógicas racistas e racializadoras constituintes das práticas de governo, caracterizadas como um sistema de poder que inferioriza o outro enquanto o produz como subalterno. Tais dinâmicas governamentais têm reflexo direto no modo como esse sistema age em relação aos catadores e catadoras, visto que é uma categoria recorrentemente racializada, além de formada majoritariamente por pessoas negras, sobretudo no contexto do Loteamento Irmãos Maristas.

Por fim, também se utiliza como base teórica os trabalhos de Alexandre Magalhães e Daniela Petti (2018) que, apesar de terem seu estudo de caso focado no Rio de Janeiro, contribuem para pensar os processos de remoção para além da cidade de Porto Alegre. Já no âmbito da reciclagem propriamente dita, essa pesquisa apoia-se nas contribuições de Alexandre Cardoso (2022), catador de materiais recicláveis, Cientista Social e, para mim, uma autoridade – no bom sentido da palavra – quando se fala no universo da reciclagem.

## 2 PARTE I: ANTES/DURANTE A REMOÇÃO

### **O processo de remoção: “sabe quando tu tá querendo se ajeitar, aí vem aquela espada do DEMHAB na cabeça”**

Porto Alegre já foi palco de diversas remoções, para além da atual abordada, que engloba substancialmente pelo menos três vilas presentes na cidade, trago também como exemplo a Vila Dique (JESUS, 2014) e a Tronco (MESOMO, 2014), também situadas na capital. Vale considerar que há pouco material disponível sobre o processo de remoção da Vila Nazaré, o que mais se encontra são reportagens de veículos midiáticos cujas informações nem sempre correspondem. Inclusive, a radioagência Brasil de Fato (2021) aponta o início da mudança na vida das famílias da Vila Nazaré a partir do anúncio, realizado em 2007, de que Porto Alegre seria uma das cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Além desta capital, cidades como Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo também foram confirmadas. Após esse anúncio, começaram, então, modificações nas cidades para que se adequassem aos padrões exigidos pela FIFA, que incluíam ajustes nas áreas de mobilidade urbana, aeroportos, turismo, estruturas complementares, estádios, portos, segurança e defesa e telecomunicações.

Tais exigências foram apresentadas em uma Matriz de Responsabilidades, disponibilizada em 2010 pela Secretaria Especial do Esporte, que definia as responsabilidades “de cada um dos seus signatários (União, Estado, Distrito Federal ou Município) para a execução das medidas conjuntas e projetos imprescindíveis para a realização da Copa de 2014” (SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE, 2010). O quadro abaixo é um recorte das responsabilidades de Porto Alegre, retirado da Matriz:

Porto Alegre	Estádios	Reforma do Estádio Beira Rio
Porto Alegre	Mobilidade Urbana (entorno)	Obras das 3 Vias de Acesso ao Estádio Beira-Rio
Porto Alegre	Mobilidade Urbana (entorno)	Projeto de Pavimentação do Entorno do Estádio Beira-Rio
Porto Alegre	Aeroportos	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros
Porto Alegre	Aeroportos	Reforma e Ampliação do Pátio de Aeronaves (1ª Fase)
Porto Alegre	Estruturas Complementares (Copa do Mundo)	Construção de estruturas complementares

Fonte: Ministério da Cidadania - Secretaria Especial do Esporte, 2010

Nesse sentido, levando em consideração as exigências de “Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros” e “Reforma e Ampliação do Pátio de Aeronaves (1ª Fase)”, Porto Alegre deu segmento a alguns projetos de remoções na cidade. A Brasil de Fato afirma que, em Porto Alegre, o anúncio da capital enquanto cidade-sede veio acompanhado por outra notícia:

[...] um pacote de grandes obras na cidade. Uma delas era a ampliação da pista do aeroporto Salgado Filho, que exigiria a remoção das famílias que viviam na Vila Dique, localizada ao lado do aeroporto, e das que moravam na Vila Nazaré, localizada um pouco mais adiante (BRASIL DE FATO, 2021).

Junto disso, Juliana Mesomo (2018) considera que “os governos locais aproveitaram a ocasião para “destravar” alguns projetos e planejar outros tantos, em parceria com o mercado da construção civil e imobiliário de cada região do país” (MESOMO, 2014, p. 34). No entanto, apesar dessa exigência posta em 2010, a remoção das comunidades da Vila Dique e da Vila Nazaré já vinha sendo discutida antes disso, porém, o anúncio oficial contribuiu para que a retirada das famílias se materializasse, pelo menos quanto a Dique (JESUS, 2014). A comunidade da Vila Dique teve o processo de remoção iniciado em 2009 e finalizado em 2012, “mais de 900 famílias foram removidas para o condomínio Porto Novo, ao lado do chamado Porto Seco, localizado na região norte da Capital” (BRASIL DE FATO, 2021). A Vila Nazaré, no entanto, vem tendo o processo de remoção arquitetado desde meados de 2007, com o início do diagnóstico socioeconômico da comunidade, já em 2010 houve o primeiro cadastramento realizado na vila, porém, sua remoção propriamente dita iniciou somente em 2019, tendo seu fim datado em 2021. Tiana de Jesus (2014) considera que, em uma conjuntura recente, as comunidades com histórico de remoção e reassentamento experienciam vivências semelhantes às daquelas do início do século XX, pois

são obrigadas a habitar territórios distantes dos centros urbanos, em que se vivencia o não acesso aos direitos sociais. São destituídas de sua identidade territorial e daquilo que ao longo da história conquistaram. [...] E muito além de um direito individual, estamos falando do direito à terra, à moradia em um determinado território, que tem sentido comunitário, é um bem e uma conquista das comunidades. (JESUS, 2014, p. 26)

No que tange essa destituição da identidade territorial e essa negação de permanência em um local conquistado pelas comunidades, reflito sobre o impacto do tempo de espera pela remoção na vida das famílias. A insegurança em não saber se ou quando serão removidos, o motivo de tal remoção, quais os ganhos e perdas envolvidos nesse processo. Diante disso, Javier Auyero (2011) analisa como o processo de espera, sobretudo de pessoas pobres, vincula-se à dominação política. Afirma que

Moradores da favela estão sempre a esperar que algo aconteça. Intoxicados e

excluídos, eles vivem em um tempo orientado para agentes poderosos e manipulado por estes. Eles vivem em um tempo alienado e são obrigados, como coloca de forma eloquente Pierre Bourdieu (2000, p. 237), “a esperar tudo dos outros”. A dominação funciona – argumentamos – pela rendição ao poder de outros; e é experimentada como um tempo de espera: esperar com esperança, seguida de frustração, que outros tomem as decisões e, efetivamente, render-se à autoridade de outros (AUYERO, 2011, p. 147).

Ao pensarmos nesse tempo de espera em que os moradores da Vila Nazaré foram postos, tendo as primeiras ameaças de remoção iniciado em meados de 2007 e a execução somente em 2019, podemos refletir sobre o impacto que essa espera exerce no cotidiano da população. Assim como analisado por Palloma Menezes, (2018) diante do cenário de início da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) na favela da Cidade de Deus no Rio de Janeiro, esse período se configura como uma situação indeterminada, o que leva a uma

radical desrotinização momentânea da vida cotidiana, isto é, um evento que produziu uma ruptura com as formas habituais de ação, quebrando com as expectativas que os atores possuíam acerca de sua maneira rotineira de ser, de se comportar, de agir e de pensar (MENEZES, 2018, p.195).

Nesse sentido, o tempo de espera somado às modificações no cotidiano e às promessas realizadas pelas empresas que agenciam o processo de remoção, podem ser considerados enquanto tecnologias de governo para o controle desta população. Michel Foucault (1998) apresenta o conceito de governamentalidade cuja base se dá nos instrumentos de governo que, ao invés de serem constituídos apenas por leis, são táticas diversas (FOUCAULT, 1998, p. 284). Uma longa remoção e os ruídos que circulam sobre ela causam cansaço, angústia, medo, insegurança, frustração, revolta... e todos esses fatores podem ser considerados enquanto artifícios governamentais para governar a vida dos moradores através dessas táticas, ou exercer dominação sobre eles, como referido por Auyero (2018), visto que, para Foucault (1998)

No caso da teoria do governo não se trata de impor uma lei aos homens, mas de dispor as coisas, isto é, utilizar mais táticas do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas. Fazer, por vários meios, com que determinados fins possam ser atingidos (FOUCAULT, 1998, p. 284).

Diante disso, a frase que dá nome ao capítulo discorre sobre a gama de sentimentos que o processo de remoção proporciona na vida das pessoas removidas ou em processo de remoção. A agência das instituições sobre o território, e conseqüentemente sobre a vida de quem ocupa aquele espaço, ocorre de maneira impositiva, de modo que os moradores se vislumbram sem opções a não ser aceitar a remoção. Alexandre Magalhães (2018) pode nos ajudar a entender como funcionam os procedimentos, utilizados pela administração pública, entendida por ele no âmbito municipal, que criam essa atmosfera de imposição e sensação de “não haver escolhas possíveis”. O autor elenca duas diferentes dimensões em que, de um lado

encontra-se o Estado representado como uma instância "que poderia tudo e contra a qual nada se poderia fazer" e do outro lado estaria a criação de um espaço de desordem, pelo próprio Estado, que precisa ser eliminado ou controlado (MAGALHÃES, 2018, p. 4).

Neste sentido, ao serem removidas, as comunidades são postas em movimento, tendo sua liberdade de ir e vir condicionada às tecnologias de governo do Estado, no sentido de Foucault. Magalhães (2018, p. 2), em sua análise, afirma levar em consideração os mecanismos a partir dos quais se intervém não mais sobre um indivíduo ou um conjunto específico de indivíduos, mas sobre o conjunto da população num todo, considerados enquanto processos componentes dos dispositivos de segurança ou da "sociedade da segurança", no sentido de Foucault. Sendo assim, o autor considera nítida a intervenção estatal na incitação da circulação populacional, sobretudo na cidade analisada por ele. Deste modo, afirma que

Estas táticas e estratégias efetivamente mobilizadas pelos aparatos estatais apontam para diferentes espaços, formas e práticas através das quais o Estado está, constantemente, sendo experimentado e (re)construído. (MAGALHÃES, 2018, p. 3)

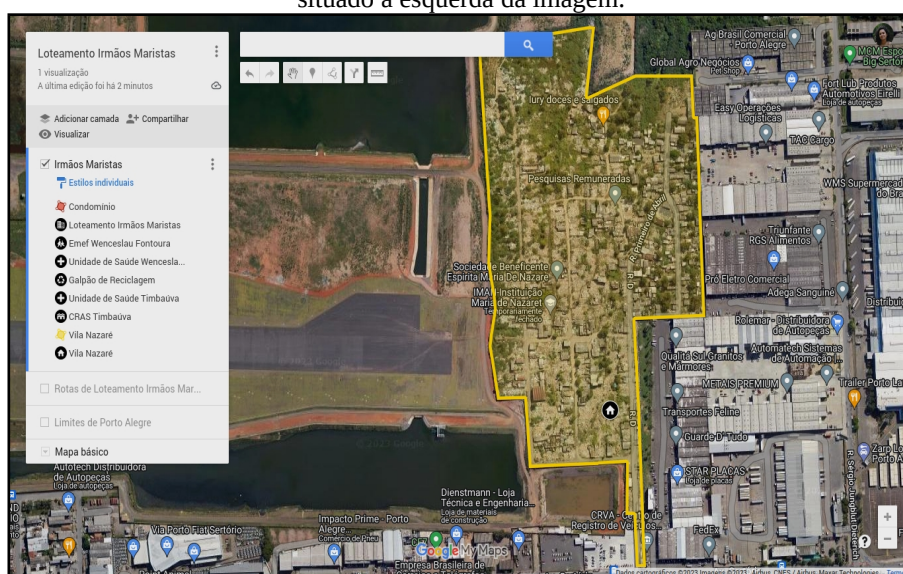
Utilizo o Estado aqui no sentido de Magalhães (2018, p. 3), que o compreende enquanto a "malha multiforme de relações e práticas perceptível do ponto de vista externo das técnicas e estratégias que utiliza e de seus efeitos concretos". Nesse sentido, essa malha multiforme tende a agenciar o modo e o local de organização e articulação das comunidades, através de suas tecnologias de governo, ao passo que segue se (re)construindo. Para Foucault (2008),

As tecnologias de poder não são imóveis: não são estruturas rígidas que visam imobilizar processos vivos mediante sua própria imobilidade. As tecnologias de poder não cessam de se modificar sob a ação de numerosos fatores. E, quando uma instituição desmorona, não é necessariamente porque o poder que a sustentava foi posto fora de circuito. Pode ser porque ela se tornou incompatível com algumas mutações fundamentais dessas tecnologias. (FOUCAULT, 2008, p. 161)

Deste modo, colocar em movimento uma comunidade ao removê-la, tirando-a do seu território, facilmente fragiliza suas relações sociais e organização interna, o que corrobora para o governo dessa comunidade, sobretudo através dessas móveis tecnologias de poder. Cabe aqui ressaltar o que seriam coisas "governáveis". Para Lorena Oliveira (2019), podemos considerar enquanto as pessoas "em suas diversas relações, ou seja, com suas qualidades, costumes, maneiras de pensar, com suas doenças, mortes, fomes, dentre outras coisas" (OLIVEIRA, 2019, p. 55-56). Sendo assim, as pessoas nas suas relações também tenderiam a ser governadas, não mais somente um território, como era considerado anteriormente, segundo Oliveira (2019).

Vejamos agora as práticas utilizadas pelo Estado e pela iniciativa privada – na figura do Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (DEMHAB), da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) e da Fraport Brasil, no caso da remoção da Vila Nazaré – para realizar a remoção de algumas vilas<sup>7</sup> da cidade. Nesta pesquisa, lanço luz sobre, principalmente, a remoção da comunidade da Vila Nazaré, situada na zona norte de Porto Alegre, mais precisamente no bairro São João, às margens do Aeroporto Internacional Salgado Filho e instalada há mais de 5 décadas no local. A figura a seguir demonstra a localização da comunidade próxima ao aeroporto:

Figura 3: Vila Nazaré, demarcada em amarelo, às margens do aeroporto, situado à esquerda da imagem.



O principal motivo para a remoção adveio da vontade dos poderes público e privado de expandir a pista de pouso e decolagem do aeroporto, planejada para passar exatamente na região onde situava-se a comunidade. Nesse sentido, primeiro, então, ocorre a fase de diagnóstico socioeconômico da comunidade a ser removida – o da Vila Nazaré teve início no ano de 2007 –, neste momento são coletadas informações sobre a renda da população, raça/etnia, gênero, idade, fonte de renda, além de informações sobre a infraestrutura das moradias, se há acesso à água, energia elétrica, saneamento básico. Após isso, inicia-se a fase de cadastramento, em que as famílias entregam uma série de documentos e criam um dossiê<sup>8</sup> da família perante ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

<sup>7</sup> Modo como se referem às comunidades periféricas na cidade de Porto Alegre.

<sup>8</sup> Serve para habilitar o candidato junto aos agentes financeiros (neste caso, junto à CAIXA) através de um conjunto de regras definidas pelo próprio Programa Federal Minha Casa Minha Vida, que inclui a montagem de dossiê e inclusão e/ou validação de Número de Inscrição Social (NIS)/Cadastro Único, além do preenchimento do Formulário da Caixa/Declaração do Beneficiário. (<https://www.gov.br/pt-br/servicos-estaduais/solicitar-montagem-de-dossie-para-programa-federal-minha-casa-minha-vida>. Acesso em fevereiro de 2023)

Buscando entender melhor como o processo de remoção é sentido e vivenciado pelos moradores, no dia 12 de janeiro de 2023 conversei com Juraci, mulher negra, recicladora, antiga moradora da Vila Nazaré e autora da frase que abre o capítulo. Relatou-me sobre o medo inicial pelo cadastramento e do desconforto com todo o processo. Segundo Juraci, havia um cadastro de 2010 e ninguém acreditava que haveria outro até que se iniciou o novo cadastramento. Menciona que se inscreveu “meio relutante porque a gente não sabia o que vinha pela frente, ao mesmo tempo que eu fui fazer o cadastro eu não queria sair, a gente não sabia o que ia ser” (JURACI, d.c, 2023). O medo instaurado pelo cadastramento é reflexo de um processo que pode ser observado na análise de Mello (2021), sobre a situação vivenciada pela Vila Nazaré, através dos impactos provocados pela atuação das empresas de desapropriação

Diante da generalização desses processos, o autor apresenta um “manual oculto das remoções com 15 procedimentos generalizáveis (e talvez recorrentes) a outros casos no país”. A forma como se realiza o cadastramento, customizando as negociações família a família, exercendo-o acompanhado da polícia, enumerando as casas de maneira bem visível durante a “selagem”<sup>9</sup>, são artifícios utilizados para constranger e pressionar a comunidade. Assim como no caso analisado por Magalhães e Petti (2018), em que as casas eram analisadas, medidas e fotografadas e depois recebiam a marcação do responsável por esta parte do processo seguida por um número, na Vila Nazaré ocorreu da mesma maneira. Esses procedimentos mencionados podem ser entendidos à luz do conceito foucaultiano de governamentalidade, cujo autor o compreende enquanto

o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. (FOUCAULT, 2008, p. 143)

Frente a isso, Mesomo (2014) considera também que a remoção é uma realidade construída através de diferentes “tecnologias”, que seriam “formas mais apropriadas para chegar a determinados fins ou objetivos, sejam eles tecnocientíficos, organizacionais ou administrativos” (ONG; COLLIER, 2005, p. 8, *apud* MESOMO, 2014, p. 22-23). Neste sentido, a autora considera que a remoção é uma composição ou um “assemblage” (ONG; COLLIER, 2005, p. 12 *apud* MESOMO, 2014, p. 23) que

mobiliza elementos heterogêneos – discursos, saberes, desejos, cálculos, instrumentos técnicos, leis, medidas administrativas, proposições morais, rumores, medos, forças não oficiais de expulsão, etc. – e que está em constante (re)combinação. (MESOMO, 2014, p. 23).

---

9 A forma como o DEMHAB referia-se ao processo e ao número pintado nas casas.

Ainda que tenham todos esses elementos presentes no processo de remoção, que fazem com que seja dificultada uma articulação contrária - tamanha artilosidade dos procedimentos — não é fácil e não foi fácil remover a Vila Nazaré, houve muita luta e muita manifestação contrária. Inclusive, Mesomo (2014, p. 52) chama atenção para o fato de que “onde há poder há resistência e esta nunca se encontra em uma relação de exterioridade com o poder, ou seja, sempre se constrói nas relações de poder e em referência a seus objetivos e estratégias historicamente determinados”.

Nesse sentido, Juraci (d.c., 2023) relata que “foi feito muito movimento pra não sair da Vila, eu participei de vários, de todos, até o último que daí a gente foi lá pro Fórum, pra decisão, na última audiência, e aí o Juiz bateu o martelo dizendo que tinha que sair”. Mesmo depois da decisão final seguiram tendo mais manifestações, porém Juraci já estava conformada com o futuro da comunidade, acreditava que não seria possível voltar atrás na decisão do Juiz. Ao pesquisar na internet reportagens sobre a remoção, encontrei uma foto, de autoria do fotógrafo Alass Derivas, em que Juraci aparece em uma manifestação segurando uma faixa que diz “empresa alemã veio violar os direitos do povo da Nazaré”. A frase em questão remete à empresa Fraport, atual proprietária do Aeroporto Internacional Salgado Filho e uma das maiores interessadas na remoção da comunidade.

Voltemos ao conjunto de instituições, procedimentos, táticas e estratégias, mencionados por Foucault (1998), para compreender a agência que tanto o Estado quanto a Fraport têm sobre a vida das famílias em processo de remoção. Foucault (1998), analisa não somente a governamentalidade de práticas estatais, mas também não-estatais através das táticas de governo, segundo ele

se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc.; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade (FOUCAULT, 1998, p. 292).

Deste modo, para além do estabelecimento do que é uma tática estatal ou não-estatal, em muitas ações elas podem atuar conjuntamente, sobretudo em parcerias público-privadas, fortalecendo os objetivos finais caso sejam comuns. No caso da remoção da Vila Nazaré, ainda que já viesse sendo discutida há alguns anos, talvez sua execução oficial tenha se dado por conta da concessão do aeroporto, realizada entre o poder público e a iniciativa privada. Em 2017, a empresa alemã Fraport assumiu a responsabilidade pelo aeroporto da capital gaúcha por 25 anos. No contrato firmado entre a concessionária e a Agência Nacional de



Aviação Civil (ANAC)<sup>10</sup>, denominado “Concessão para Ampliação, Manutenção e Exploração do Aeroporto de Porto Alegre - Salgado Filho”, percebe-se como um dos objetivos a ampliação do aeroporto. Nesse sentido, salienta-se a necessidade da Fraport de

promover a desapropriação dos imóveis necessários à realização de investimentos ao longo da concessão cuja fase executória não tenha ainda sido iniciada, e indenizar seus proprietários, devendo ainda, quando for o caso, solicitar a publicação dos decretos ao Poder Concedente e a outorga de poderes necessária, nos termos do artigo 29, inciso VIII, da Lei 8.987/95 (ANAC, 2017, p. 24).

As desapropriações mencionadas se dariam em decorrência da expansão da pista de pouso e decolagem sobre a área do Sítio Aeroportuário, cuja Vila Nazaré ocupava em parte há mais de 50 anos. Houve muita disputa judicial sobre os direitos e deveres tanto dos moradores da vila quanto da concessionária. As obrigações não eram expostas de modo nítido no contrato, assim como para a população, não ficando claro o que tangenciava ou não os deveres da Fraport diante da remoção e do pós-reassentamento, o que dificultava a reivindicação dos moradores.

Diante do exposto, podemos pensar nessas parcerias público-privadas enquanto táticas utilizadas para o governo dos moradores, no sentido de Foucault (2008). De modo que, ao serem estabelecidas, ignoram o longo histórico de permanência da comunidade no local e em prol de “movimentar a economia e a geração de empregos em Porto Alegre e no Estado” (PMPA, 2021). Recordo, então, a frase que abriu esta pesquisa, sobre a remoção da comunidade ser considerada “um marco social e de desenvolvimento” e questiono: esse marco e esse desenvolvimento estão a serviço de quem e a quem interessa? Visto que tem moradores que sequer desfrutarão das “benfeitorias” conquistadas por esse processo de expansão do aeroporto, além da perda de suas casas e postos de trabalho.

Apesar de todo esforço do “povo da Nazaré”, manifestando-se, indo às audiências, exigindo seus direitos de usucapião, a remoção se iniciou em meados de 2019. Desde então, o cenário que se seguiu dentro da vila foi de medo, insegurança e insalubridade. O reassentamento era realizado em três fases, que combinavam as maiores áreas de interesse no território com a liberação das quadras para ocupação no Loteamento Irmãos Maristas, liberadas com certo controle para que não houvesse ocupações irregulares nos apartamentos que ainda não haviam sido ocupados oficialmente. De um lado esse era o procedimento oficial realizado pelo DEMHAB, do outro lado havia a população sendo removida e o território sendo abandonado pelo poder público, tendo as condições básicas de vida negligenciadas.

---

10 Contrato de concessão, disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/concessoes/aeroportos-concedidos/porto-alegre%20-%20RS/documentos-relacionados/contrato-e-anexos/anexo-02-pea>. Acesso em março de 2023.

Houve um momento durante a remoção que os relatos de insalubridade no local se somavam à vontade de sair logo do território. “Foi torturante, lá na finaleira foi torturante” (JURACI, d.c. 2023), esse era o sentimento que parte da comunidade se encontrava. Ao andar pelas ruas da Vila Nazaré era perceptível o abandono proposital da comunidade, onde já não havia saneamento, água ou luz, onde havia lixo espalhado pelos cantos, poças d’água e, no geral, uma condição insalubre de vida para que os moradores aceitassem se mudar logo.

Quanto mais moradores deixam a comunidade, maior a dificuldade de permanência no local dos que ficam, e devido ao fato de ter que demolir as antigas casas, o que restava eram escombros para todos os lados. Isso nos remete a Magalhães (2018), que analisa o modo como os moradores em situação de remoção descreviam o que presenciavam dia após dia. O cenário descrito era de “terror” e de “guerra” ao se depararem com a demolição de suas casas e a tensão instaurada na comunidade, demonstrando como esses cenários podem estar relacionados à forma como os aparatos estatais funcionam nessas circunstâncias. Nesse sentido,

ao mesmo tempo em que se apresentam como categorias descritivas de um conjunto de situações, expressam a sua efetividade enquanto formas de ação específicas que visam ao controle ou, neste caso das remoções, um governo (no sentido mesmo de condução das condutas) que articula não somente formas as mais variadas de pressão, mas também implica um dispositivo que busca incessantemente pôr em movimento, atuando sobre os fluxos, regulando espaços, lugares, suas conexões (e, porque não dizer, buscando produzir determinadas subjetividades). (MAGALHÃES, 2018, p. 5)

Diante disso, Magalhães (2018) recorda as reflexões de Mendiola (2017 *apud* MAGALHÃES, 2018), cuja análise diz respeito às táticas e estratégias que fazem com que os sujeitos, nessas situações, sejam decompostos, principalmente por estarem inseridos “em uma geografia que se constitui para necessariamente causar dano, num processo contínuo – nos termos de Das (2007) – de desfazimento da vida” (MAGALHÃES, 2018, p. 5). Além disso, segundo Mendiola (2017, *apud* MAGALHÃES, 2018), trata-se de ocasiões em que se passa a “habitar aquilo em que dificilmente há algo reconhecível, onde se vivencia um espaço que foi imerso em um processo que o torna radicalmente estranho, um espaço que parece esgotar a possibilidade de poder ser habitado, que o autor define como sendo o ‘inabitável’” (MAGALHÃES, 2018, p. 5).

Segundo uma reportagem da organização social Amigos da Terra (2019), que realizou o acompanhamento da comunidade durante o processo de remoção:

O abandono do poder público é tamanho que faz da vida no local quase insuportável: e eventualmente as pessoas cedem, cansadas de ver o esgoto invadindo seus terrenos, aceitando sair de suas casas mesmo que para longe e para apartamentos menores. “Pelo menos lá tem calçada, tem saneamento”, muitos

pensam, sem perceber a tática usada por poderes públicos e privados para criar, nas moradoras e nos moradores, o desejo pela saída.

Neste sentido, Juraci recorda as dificuldades enquanto sua remoção se aproximava, “parecia que era proposital, as luz desligando toda hora, a gente já não tinha uma luz boa porque era emendado em fio, quando não era luz era água, a água era um fiozinho” (JURACI, d.c., 2023), além disso, relembra quando já estava arrumando sua mudança e que tinha que estar desfazendo “porque os ratos entravam nas caixas, destruíam tudo e eu tinha que tirar tudo que tava estragado pra refazer de novo” (JURACI, d.c, 2023).

Diante do exposto, Mesomo (2014) nos ajuda a entender como é o desenvolvimento desse processo. A autora demonstra em sua pesquisa que a remoção é instaurada através de tecnologias em um arranjo que agencia diferentes elementos, sendo eles:

legislações, programas habitacionais, fórmulas e cálculos; categorias de interpelação como irregular/invasor/precário; saberes e expertises; desejos, forças e valores. Deste funcionamento, fazem parte dos efeitos importantes da remoção: a suspensão do cotidiano e a precarização do entorno (MESOMO, p. 7, 2014).

A partir disso, tem-se então um novo cenário cujas famílias precisam adaptar-se até que chegue o momento de serem removidas. Entre resistências e disputas, muitas acabam cedendo e se mudando. Em decorrência de todo o processo de remoção, as promessas começam a ser olhadas com outros olhos, a curiosidade é atiçada sobre a vida e as possibilidades no novo território e, nitidamente, o tempo de espera tem agência sobre a decisão dos moradores. Ir ou permanecer? Depende de onde se está, há quem diga que o melhor foi sair, porém outros dizem que preferiam ter ficado... é relativo.

## 2.1 A RECICLAGEM NO ANTIGO TERRITÓRIO E A TRANSITORIEDADE NECESSÁRIA À VIDA

Muitas pessoas trabalhavam com reciclagem no antigo território em que moravam, dentre as comunidades removidas e reassentadas no Loteamento Irmãos Maristas, possuo maiores informações sobre o funcionamento da reciclagem na Vila Nazaré. Portanto, a seguir abordarei algumas das dinâmicas que ocorriam no local. Nesta seção apresento alguns relatos que foram coletados a partir do trabalho de campo e de duas entrevistas semiestruturadas realizadas com Juraci e Glades.

Ao conversar com Juraci, a catadora relatou-me algumas questões que envolvem o pré e o pós-reassentamento. Chegou ao território da Vila Nazaré em 2017 e permaneceu até 2020, quando foi removida. Durante esse período, trabalhava reciclando com o marido para pagar

suas despesas, “o meio que a gente tinha de pagar era reciclando, a gente reciclava pra nós, no pátio” (JURACI, d.c, 2023). Juraci e o marido inicialmente trabalhavam com o auxílio de uma carroça, “primeiro ele tinha carroça, aí começou o negócio de tirar as carroças” - aqui ela se refere à Lei Municipal nº 10.531 que proíbe a circulação de carroças em Porto Alegre, visando reduzir gradativamente a circulação de veículos de tração animal (VTA) e de veículos de tração humana (VTH), salvo em zonas rurais. Diante disso, ela relata que “na primeira vez que ele perdeu a carroça ‘fiquemo’ a nada, nem pra trabalho nem pra reciclagem. Aí ele começou a fazer uns bicos, conseguiu de novo outra carroça, aí começou de novo e tiraram de novo” (JURACI, d.c, 2023). Assim como a família de Juraci, diversos catadores foram impactados pela “Lei da Fome” (CARDOSO, 2022, p. 54). Alexandro Cardoso, catador e cientista social, afirma que essa lei é “puramente higienista” (CARDOSO, 2023, p. 54), considerada também como

preconceituosa, altamente excludente e de requintes de ampliação da marginalidade, justamente porque a categoria tem a proibição do seu trabalho, com a proibição da circulação dos veículos de tração animal (VTAs), as carroças e os veículos de tração humana (VTHs), os carrinhos (CARDOSO, 2022, p. 54).

O projeto de lei tramitava na Câmara dos Vereadores de Porto Alegre desde 2003 e, não coincidentemente, foi elaborado pelo até então vereador da cidade, Sebastião Melo, e atual prefeito de Porto Alegre. A principal justificativa para a implementação da lei era o direito dos animais, neste sentido, os catadores então propuseram que houvesse uma mudança gradual dos veículos de tração animal para veículos motorizados, assim como a criação de uma Comissão de Proteção dos Animais (CARDOSO, 2022, p. 54), no entanto, as propostas não foram aceitas. Importante salientar que, segundo Cardoso (2022, p. 54)

mesmo diante de perseguições, proibições, falta de apoio, estrutura, usando carrinhos, carroças ou arrastando sacos, as/os catadoras/es de materiais recicláveis coletam muito mais do que os caminhões cada vez mais tecnológicos a serviço das empresas privadas, mesmo que estes tenham contratos milionários de prestação de serviços, recebam apoio da prefeitura e tenham toda a liberdade para imporem seu negócio.

Diante disso, a catadora relata ainda que o marido sempre trabalhou de carroça, mais de 30 anos, e que sustentaram todos os filhos com a carroça. Quanto à justificativa para a proibição das carroças, cabe mencionar que, para ela, “ele sempre foi cuidadoso com os bichinhos dele, ele não era aquele carroceiro que pensava só nele e não nos bichos” (JURACI, d.c, 2023). Porém, quando perderam a carroça pela segunda vez, decidiram que iriam comprar uma kombi, a fim de seguir no ramo da reciclagem, mesmo após as diversas perdas do veículo utilizado para transporte dos materiais coletados. Continuaram, então, a reciclagem na vila, no pátio de casa, “vendia ali mesmo, sempre tinha um comprador ali dentro mesmo, não

precisava nem sair de dentro pra vender”. Me contou, então, como realizavam a divisão do trabalho:

Ele trabalhava de dia, chegava de noite, pegava a kombi e ia buscar reciclagem pra no outro dia eu trabalhar na separação com as gurias ali do pátio, com a minha filha e com quem quisesse me ajudar, e assim foi até começar o cadastro, que eu entrei em pânico (JURACI, d.c, 2023).

A forma de organização do trabalho da família de Juraci era uma dentre as diversas formas existentes no território. No dia 21 de janeiro de 2023 entrevistei dona Glades, a mais antiga moradora com quem tive a oportunidade de conversar, 71 anos de vida, 25 passados dentro da Vila Nazaré, e possuía um galpão no antigo território. A figura a seguir é uma foto tirada enquanto eu estava conversando com ela e agendando a visita em sua casa, para realização da entrevista, enquanto caminhávamos rumo ao galpão.

Figura 4: Troca de conversa com Glades rumo ao galpão.  
À esquerda sou eu e à direita é ela (arquivo pessoal).



Dona Glades iniciou na reciclagem também através da carroça, variando entre a reciclagem em casa e a reciclagem no galpão de terceiros, até que, com o tempo, transformou a cocheira de cavalos que possuía em um galpão de reciclagem. Recebia por dia, em média, de 2 a 3 kombis cheias de material, havendo espaço para até 4 kombis,

era enorme, na reciclagem a gente guardava papelão, latinha... eu tinha uma mesa, tinha fogão que a gente cozinhava lá pra não entrar pra dentro de casa. Aí os guris que vinham pra reciclagem, eu esperava eles com café, com almoço, com tudo, cafézinho, pão, tudo ali. A gente sobrevivia bem, tanto eu quanto a pessoa que trabalhava comigo (GLADES, d.c, 2023).

Para ela, a relação entre os catadores era amistosa, “todo mundo se conhecia, a gente sabia o horário e o dia, quem saía de carroça... a gente se cruzava na rua e ‘ah, aquela rua lá eu não fiz, pode ir, a nossa carroça já tá cheia’” (GLADES, d.c, 2023). Através do meu

trabalho enquanto estagiária, no dia 10 de novembro de 2022 acompanhei uma reunião entre a equipe do eixo ambiental e os catadores, cujo objetivo era facilitar para eles a leitura do estatuto da cooperativa, que foi elaborado por um vereador junto ao Clube de Mães. Nessa reunião, realizada no loteamento, dona Glades mencionou que considerava que a vida na Nazaré era muito melhor que lá no novo território, que havia bastante resíduos para os catadores coletarem e que ninguém passaria fome lá pois se apoiavam caso alguém estivesse necessitando, diferente do que ocorre no loteamento, no seu ponto de vista. A partir do momento que Glades se vê desamparada no novo território, seja por conta do contexto de conflitos, disputas territoriais, falta de viabilização do seu trabalho... toda essa conjuntura contribui para que ela exerça comparações em relação ao antigo território e deseje retornar ao mesmo ou fique insatisfeita em sua nova moradia. Seu posicionamento é reflexo do que ela tem passado diante de todo o processo de remoção e reassentamento.

Um dos objetivos do trabalho para o qual fui contratada era tentar fornecer subsídios para os moradores, munindo-os de informação e buscando ir ao contrafluxo do sentimento de desamparo da comunidade — no entanto, esse projeto não é suficiente visto que é previsto para um curto período, como se fosse possível reestruturar toda uma vida em 12 ou 24 meses. Tais subsídios seriam possíveis, considerava-se, através de plantões sociais, visitas domiciliares e acompanhamento família a família de como estavam no novo território, além do fornecimento de cursos e demais apoios demandados no dia a dia na comunidade.

Dentre estes recursos planejados, havia o acompanhamento das catadoras e catadores em algumas reuniões para articulação da categoria junto a outras cooperativas. Sendo assim, acompanhei as catadoras em duas visitas à CooperTuca<sup>11</sup>, uma ocorrida em setembro e outra em novembro de 2022. Em uma das visitas, durante o trajeto na van, ouvi relatos sobre o quanto uma das catadoras considerava o seu povo desunido, que, inclusive, alguns “achavam que a gente era louco de trancar a Sertório<sup>12</sup>” (ANDRESSA<sup>13</sup>, d.c, 2022). Andressa também era moradora da Vila Nazaré e nos contou que sempre reciclou, 19 anos “puxando carrinho” e muitos a chamavam de lixeira, até que um dia perguntaram se ela não tinha vergonha de entrar na Nazaré com carrinho e ela respondeu que tinha orgulho de sair e vir com ele carregado de reciclagem. Relatou que “muitos julgavam que a gente era lixeiro, era catador... o próprio povo da Nazaré, que tinha uma casinha melhor do que tu, um carrinho” (ANDRESSA, d.c, 2022). Enquanto Andressa falava, outra catadora entrou na conversa.

---

11 Cooperativa de Trabalho e Reciclagem Campo da Tuca, situada na zona leste de Porto Alegre.

12 Principal avenida próxima à Vila Nazaré.

13 Nome fictício utilizado para preservar a identidade da catadora.

Maria<sup>14</sup> concordou com Andressa, disse que muito fez isso, que até o leite para sua filha mais velha ela tirava da reciclagem, porém, sua filha a criticava, até que um dia a filha passou por dificuldades e foi reciclar. Contou que questionou a filha, disse "tu não me chamava de lixeira? Muito a lixeira te criou assim. Teus materiais, teu colégio... tudo tu conseguiu assim, com a lixeira catando" (MARIA, d.c, 2022). Somado a isso, Andressa complementou que seu filho tem um diploma de informática que "a mãe reciclando pagou" (d.c., 2022).

Esses são os relatos de um conjunto específico de experiências, circunstanciado nos limites do reassentamento e que se somam a outros diversos que ocorrem no Brasil. No que tange a reciclagem, Cardoso (2022) afirma que esta é uma categoria de trabalho fundamental na gestão integrada de resíduos sólidos brasileira, tendo seu trabalho formalmente reconhecido pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) desde 2002 (CBO, 2002, *apud* CARDOSO, 2022),

não são apartados dessa sociedade, são sim, excluídos e marginalizados. São a parte mais concreta da exclusão social dentro do sistema capitalista, mesmo sendo trabalhadoras/es, não são valorizadas/os, mesmo seu trabalho ser extremamente relevante, são invisibilizadas/os e por muitas vezes são perseguidos e criminalizados. (CARDOSO, 2022, p. 38)

Neste sentido, infelizmente não causa espanto perceber a maneira como as catadoras e os catadores têm sido tratados diante de todo o processo de remoção e reassentamento, tendo sua profissão invisibilizada e inviabilizada, visto que recorrentemente ocorre, pelo menos no âmbito da cidade de Porto Alegre, a colocação de empecilhos para a continuidade do trabalho de reciclagem, sobretudo autônomo.

No que tange o âmbito da reciclagem, o próprio Projeto Técnico Social da Vila Nazaré reconhece que havia, já em 2015, “uma preocupação em relação à reciclagem dentro do loteamento, pois os moradores utilizam o próprio pátio ou peça do domicílio para guardar seus resíduos, e geralmente ao lado tem uma cocheira para abrigarem os cavalos” (DEMHAB, 2015, p. 39-40). Sendo assim, nota-se que o futuro da reciclagem era algo recorrentemente questionado pelos catadores quando se pensava na remoção. No entanto, ainda assim não foi levado em consideração no decorrer do processo de reassentamento.

Além disso, em janeiro, quando conversei com Juraci, ela me relatou a angústia que antecedeu a mudança para o novo território. Compartilhou comigo que, quando estava ajeitando sua mudança, “os ratos eram demais, era eu e os ‘ratão’ brigando pela moradia porque não tinha mais lugar, né? Então, eles iam aonde ainda tinha circulação” (JURACI, d.c, 2023). Menciona que foi uma das últimas a se mudar e que esse problema com os ratos dificultou o processo de arrumação dos seus pertences. Passadas essas dificuldades iniciais,

<sup>14</sup> Nome fictício também utilizado para preservar a identidade da catadora.

me contou que houve uma mudança na dinâmica de sua vida, anteriormente ela e o marido trabalhavam com reciclagem e, devido a impossibilidade de seguir com esse trabalho no loteamento, o marido passou a trabalhar em uma madeireira e ela não está trabalhando atualmente. Além disso, relatou a preocupação que tem sentido quanto aos seus dois filhos, ambos menores de idade, devido à sensação de insegurança no novo território, não gostaria de trabalhar muito longe de casa e deixá-los sozinhos, para ela seria melhor trabalhar no galpão porque ficaria mais perto dos filhos, “pra não deixar eles ‘soltos’ [...] qualquer coisa que acontecer aqui eu tô perto” (JURACI, d.c, 2023).

Diante do exposto, além da sensação de insegurança, analiso o que me foi dito por Juraci como um impacto do reassentamento em sua mobilidade, a partir do momento que ela se sente “na obrigação” de permanecer em casa e cuidar dos filhos desde que foi removida, não se permitindo realizar trabalhos fora de casa, a não ser algumas faxinas esporádicas no condomínio. Para além de habitar uma nova localidade, é necessário sentir-se pertencente ao local, para Candice Souza (2021),

formas de habitar as fronteiras urbanas devem ser compreendidas em conexão com as práticas de movimento que se realizam entre o lugar de partida da antiga residência e a nova morada em construção, mas também com a incessante agitação dos longos e pequenos trajetos diários dentro do bairro, para outros bairros e municípios vizinhos. (SOUZA, 2021, p. 490)

Nesse sentido, a autora lança luz sobre o conceito de habitar de Tim Ingold, que também inclui o movimento (SOUZA, 2021, p. 490). Esse movimento, então, acontece “entre lugares vividos e não em contextos definíveis como ‘espaços’ delimitados”. Ingold chama a atenção para os modos de habitar o mundo que apoiam a compreensão de que a vida se faz no movimento perambulatório em caminhos que conectam lugares (SOUZA, 2021, p. 490). Sendo assim, poder transitar é fundamental para habitar.

Diante disso, ao pensarmos no transitar enquanto processo fundamental para habitação, chamo atenção para o fato de que o modo de organização e operação do trabalho de catção se dá em função do movimento, da necessidade de circulação pela cidade. O ato de catar depende de mobilidade, de fluxos... segundo Cassiano Lisboa (2013), a vida dos catadores de materiais recicláveis são “vidas que se fazem em trânsito” (2013, p. 17)<sup>15</sup>. Desta forma, Lisboa (2013) discorre sobre mobilidade focalizando os itinerários de catadores de materiais recicláveis integrantes de associações e cooperativas localizadas na região sul do Brasil, observa que os catadores “reconstroem cotidianamente suas identidades através das

---

<sup>15</sup> Cabe ressaltar que é necessário tomar cuidado para não generalizarmos, visto que essa categoria é muito vasta, além de catadores autônomos existem também catadores cooperados, cujas vidas já não dependem exclusivamente da circulação dos mesmos.



sobras e nos interstícios da sociedade, desde um ‘entre lugares’ que é o estar ‘em trânsito’” (LISBOA, p.16, 2013). Sendo assim, *habitar e estar em trânsito* referem-se à mobilidade dos sujeitos na sociedade como forma, também, de se *fazer a cidade*, no sentido de Agier (2015), quando o mesmo afirma que a cidade é feita essencialmente de movimento (AGIER, 2015, p. 484).

Assim como a família de Juraci e de Glades, que trabalhavam com auxílio de carroças, esse desfrute da transitoriedade, presente e fundamental em suas vidas, também aparece nos relatos de Maria e Andressa, quando falam sobre o orgulho dos vários anos “puxando carrinho”. É nítido que a articulação da vida dos catadores depende de mobilidade, no entanto, tal nitidez não foi suficiente para a construção de um Plano de Trabalho Técnico Social mais inclusivo mediante à categoria. Os empecilhos postos para transitar não somente por entre as ruas do loteamento, mas também nos arredores, seja através da Lei Municipal nº 10.531, seja através da distância com o local que já estavam habituados a circular, dificultam a permanência e as possibilidades de habitação. O hábito do movimento fortalece e possibilita a habitação, já a imobilização, mesmo que parcial, estanca o fluxo migratório da vida.

Veja bem, não estou dizendo aqui que os catadores estão terminantemente proibidos de circular e exercer seu trabalho no novo território, entretanto, há proibição do acondicionamento dos resíduos dentro do loteamento, o que acaba, de certa forma, imobilizando esses fluxos. Saliento, ainda, que durante o trabalho de campo conversei e adentrei a casa de diversas catadoras e catadores e muitos deles relatavam afastamento do trabalho com reciclagem devido a impossibilidade de acondicionamento dos materiais coletados, alguns acabavam considerando “não valer a pena” realizar a coleta visto que seria preciso vender logo em seguida para não acumular. Sendo assim, há um paradoxo quando se cria um ambiente de dificuldades em permanecer trabalhando no local, mas espera-se que seja possível dar continuidade aos modos de vida no loteamento.

Para além do impacto sobre a mobilidade, e conseqüentemente sobre a vida, que essa remoção possivelmente produziu para os catadores, retorno, agora, ao meu contato com Juraci e busco compreender outros sentimentos envolvidos nesse processo. Juraci foi uma peça fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa e suas contribuições auxiliaram na compreensão de como esse processo de remoção pode ser sentido por algumas pessoas - e como poderia ser evitado. Ela considera que eles já vinham “sendo roubado desde lá da vila quando eles disseram pra gente que eles iam tirar a gente, dar o apartamento e dar mais um valor pra gente e não cumpriram com a palavra deles, o DEMHAB... Vai ser sempre assim? Sempre alguém querendo levar, tirar da gente?” (JURACI, d.c, 2023). O "valor" a que ela se

refere é um *voucher*, prometido às famílias pela Fraport, para a compra de móveis, no valor de R\$ 2.000,00 e que só poderia ser utilizado em uma loja específica. No entanto, apesar de ela ter conseguido, nem todo mundo conseguiu o *voucher*, “sabe o que é a pessoas vim só com uns sacos de roupa, não ter armário, não ter nada?” (JURACI, d.c, 2023). Ainda que ela tenha conseguido o valor, não deu para comprar muita coisa, somente um armário de cozinha, uma televisão, um liquidificador, uma arara e uma cortina, que foi roubada dentro de casa. Nesse sentido, Juraci considera que “o que depende do pobre anda, [já] o que depende dessas prefeituras aí...” (JURACI, d.c, 2023). Apesar disso, considera que seu processo de remoção foi tranquilo.

Ainda sobre o sentimento perante a remoção, trago agora os relatos de Dona Glades, com quem conversei também em janeiro de 2023. Quanto ao impacto de ter sido removida, pude notar que ela o considera bem grande. Quando conversamos, me contou sobre sua alimentação atualmente no loteamento e fez um comparativo com o antigo território:

Já não tá dando pra comer carne todos os dias, uma galinha, uma salsicha... lá não, minha geladeira era cheia e ele (seu filho/neto) abria e agora ele abre e diz ‘eu não sei porque que tu veio pra cá pra essa casa, eu gostava lá daquela casa’. (GLADES, d.c, 2023)

Ela considera que “piorou muito, se arrependimento matasse” (GLADES, d.c, 2023). Glades, já com seus 71 anos de idade, relata que passou por muita coisa na vida, sobretudo enquanto moradora da Vila Nazaré. Sempre trabalhou, desde a reciclagem até fazendo lanches em uma peça que tinha acoplada à sua casa. Um dos maiores impactos relatado por ela foi quando, em vias de ser removida, descobriu que o DEMHAB não registrou nem seu galpão de reciclagem nem sua lanchonete enquanto comércio, o que acarretou a perda de suas maiores fontes de renda, “foi uma coisa de louco o que isso me sacrificou, eu não tenho ganho nenhum” (GLADES, d.c, 2023). Ao conversar com Glades é perceptível a insatisfação e decepção morando no loteamento Irmãos Maristas, sente-se ludibriada e tem vontade de retornar ao antigo território. Além disso, quando falado sobre a construção do galpão no loteamento, demonstrou-se receosa sobre sua contratação, acredita que darão preferência para quem tem menos idade, ainda que ela possua uma longa trajetória na reciclagem.

As múltiplas vivências e a gama de sentimentos diante de uma remoção demonstram o modo como funcionam as políticas públicas, sobretudo habitacionais, que acabam por reconfigurar as dinâmicas de trabalho, de espaço, de subjetividades e de mobilidade, conforme descritas aqui anteriormente, que impõem aos indivíduos um “refazimento” de suas vidas e dinâmicas sociais, adequando-se aos novos cenários impostos pela remoção.

Diante desse processo, é possível analisar, ainda, a ocorrência e a agência de um *governo racializado*, no sentido de Margit Ystanes e Alexandre Magalhães (2020), diante de uma população em vulnerabilidade social. Os autores consideram que “a exclusão dos moradores de favelas das conceituações dominantes de cidadania e a destruição das condições de vida nos territórios das favelas em nome da melhoria social constituem uma forma de governo racializada” (YSTANES; MAGALHÃES, 2020, p. 166, tradução minha). Os autores chamam atenção, ainda, para o fato de que essa racialização dos territórios das favelas “não implica que todas as pessoas que neles vivem sejam negras” (YSTANES; MAGALHÃES, 2020, p. 166-167, tradução minha), ou seja, não acreditam que a cidade escolha despejar os indivíduos com base na sua cor de pele mas que há um processo de hierarquização racial que se expressa na cidade. Diante disso, consideram que há um processo de “empurramento” dos moradores não-brancos para fora das áreas centrais e em direção às periferias, com argumentos em relação à segurança, que ativam o controle de certas populações (YSTANES; MAGALHÃES, 2020). Os autores recorrem ao fato de que no Rio de Janeiro, cidade analisada por eles, pessoas de pele escura são construídas enquanto ameaça por esse processo de racialização, ao mesmo tempo que são colocadas em risco, constituindo-se, assim, uma forma racista e racializadora de governo dos pobres e negros.

Diante do exposto, podemos observar a reprodução dessa racionalidade de governo racista e racializador também na remoção das comunidades reassentadas no Loteamento Irmãos Maristas, como veremos a seguir. Outra lógica que corrobora essa prática é, como apresenta Stella Paterniani (2016), a *branquidade do Estado*, entendida pela autora enquanto

os vínculos entre os diferentes tipos de racismo presentes em algumas práticas e concepções estatais, especialmente em duas dimensões que dizem respeito à ocupação da cidade: a política urbana (ou urbanística) e a repressão policial a ela vinculada (PATERNIANI, 2016, p. 3).

Esse racismo presente em algumas práticas e concepções estatais, conforme mencionado por ela, é reflexo de um processo de cisão entre o eu e o outro, tornando-se um modo atualizado de funcionamento do Estado (PATERNIANI, 2016). Paterniani (2016), lança luz sobre o fato de que só há branquidade porque há uma divisão da humanidade entre brancos e não-brancos, em que um é considerado padrão universal e o outro existe a partir de sua negação, ou seja, do que não são (brancos), sendo destituídos de humanidade e de possibilidade de existência (2016, p. 4). Sendo assim, considera que “se o que é não branco não pode existir, o Estado, em sua branquidade, é um sujeito atuante nesse impedimento da existência” (PATERNIANI, 2016, p. 4), o que reforça a ação de um governo racializado, no sentido de Ystanes e Magalhães (2020).

Nesse sentido, observei que os catadores foram, pelo menos, duplamente impactados por essa forma de governo racista e racializadora. Primeiro, por ser uma categoria composta majoritariamente por pessoas negras, que cotidianamente sofrem violência e coerção através de certas práticas estatais e que são tornadas removíveis de seu território de origem e reassentadas em um local distante. Segundo, por terem o exercício de sua profissão deliberadamente dificultado, diante da parceria público-privada responsável pela construção da Unidade de Triagem no novo território. Paterniani (2016), considera que

ao expulsá-las de suas moradias; ao não as reconhecer como cidadãs portadoras de direitos; ao não reconhecer, no caso, a prevalência do direito à moradia sobre o direito à propriedade; ao não permitir que seus corpos habitem determinadas regiões da cidade; ao fazer tudo isso, proponho, o Estado as está classificando como não brancas. E, ao serem consideradas não brancas, são alvo da branquitude de Estado (PATERNIANI, 2016, p. 9-10)

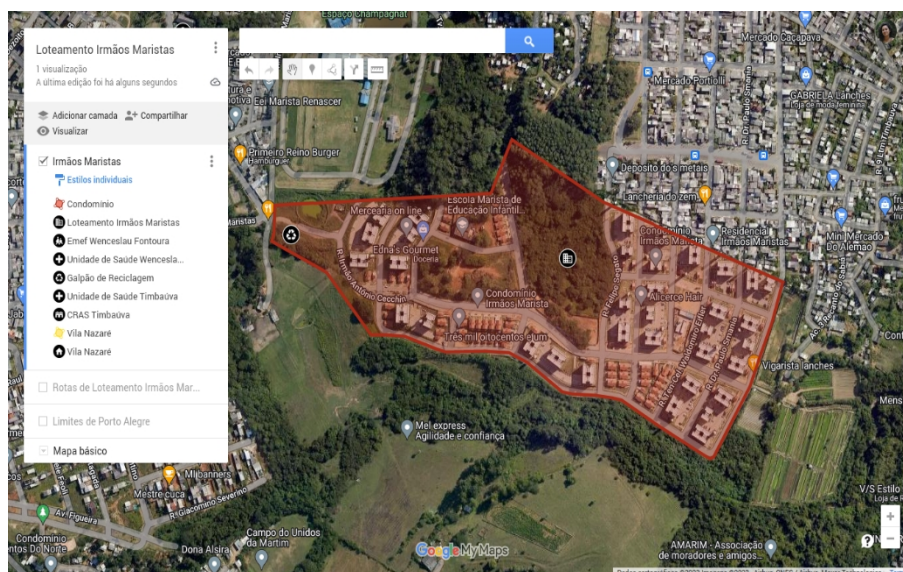
Sendo assim, uma das maneiras do Estado - em sua malha multiforme de relações e práticas (MAGALHÃES, 2018) - atuar no impedimento da existência de pessoas não-brancas no Loteamento Irmãos Maristas é através da imposição de empecilhos para o segmento da reciclagem. Como sobreviver se não há como exercer minimamente seu trabalho de forma remunerada? Em uma categoria formada a cada 3 pessoas por 2 negras, geralmente mulheres (CARDOSO, 2022), pouco provavelmente tais ações institucionais impeditivas não poderiam ser consideradas como expressão de um governo racializado. Podemos, ainda, fazer um recorte quanto a gênero, raça e classe, observando como tais categorias se interseccionam (no sentido de COLLINS, 2017) à medida que notamos como as mulheres, sobretudo mães negras e pobres, são quem mais sofrem com as violências, tendo de suportar os impactos do processo de remoção enquanto precisam refazer suas vidas.

### 3 PARTE II: NOVO TERRITÓRIO

#### “LÁ TINHA MAIS DISPONIBILIZAÇÃO DE COISAS E AQUI FICOU CADA UM POR SI”: PERSPECTIVAS SOBRE O NOVO TERRITÓRIO

A frase que abre o capítulo reflete um sentimento comum por boa parte das pessoas removidas com quem tive contato, ainda que algumas sejam gratas em alguma medida, questionam muito a maneira como foram “largadas”<sup>16</sup> no novo território. Esse novo território em questão é o referido Loteamento Irmãos Maristas que se situa no bairro Mário Quintana, também conhecido como Timbaúva, na capital do Rio Grande do Sul. O loteamento é um dos condomínios da cidade criado para realização de reassentamento, neste caso, principalmente de famílias oriundas da Vila Nazaré. No entanto, além da Vila Nazaré, muitas outras vilas foram reassentadas no loteamento em questão. Famílias oriundas do Parque Chico Mendes, removidas por ser uma área de preservação natural, da Vila Herdeiros, vulgo Cafuncho, removidas por localizarem-se próximo a uma barragem, além de diversas outras localidades englobadas pelo Aluguel Social. Na figura abaixo demonstro o perímetro do novo território.

Figura 5: Delimitação do novo território.



Nesse sentido, retorno à frase que abre o capítulo, quem me disse ela foi Juraci (d.c, 2023), quando relembrava do acesso que possuía ao sistema de saúde, à assistência social, à alimentação, à escola e ao trabalho, em grande medida de dentro da própria comunidade.

<sup>16</sup> Termo local utilizado pela comunidade.

Contou-me que não havia ouvido falar sobre como seria viabilizada a reciclagem no novo território, somente das proibições de não poder reciclar nem em casa e nem no pátio do condomínio, falavam somente “das praças, do posto policial, do postinho, da creche [...], por isso a gente questionava muito pra vir pra cá, como ir trabalhar lá de volta, meio de locomoção... o desespero de muitos foi isso aí no começo”.

A sensação de desamparo da comunidade pode ser observada já em pequenas trocas de conversa, quando, em comparação com o antigo território, os moradores refletem sobre a falta de segurança e a falta de acesso a serviços básicos. Somado ao relato de Juraci, juntam-se os de dona Glades e de Sônia<sup>17</sup>, ex-presidente da Cooperativa e membro da Direção do Clube de Mães. Destaco aqui trechos dos relatos:

“Lá sempre tinha alguém ajudando, tinha as gurias lá que faziam marmitex. Toda semana tinha marmitex, se não quisesse fazer janta tinha quem desse marmitex. Café da manhã, na ida pra escola, se as crianças não tomassem em casa tinha uma igrejinha que dava café. Assistência Social dentro da vila, que dava passagem pra gente, encaminhava tudo que a gente precisasse, pena que ela não pôde vir pra cá, a gente queria tanto que ela tivesse vindo na época [...]. A gente não passava necessidade, sempre tinha alguém que doava rancho, o colégio dava rancho.” (JURACI, d.c, 2023)

“A gente ganhava muita coisa, era na padaria, no açougue, na fruteira, vinha caixa de fruta que eu não precisava comprar, carne nos mandavam sacos de galinha, de guisado, de fígado, de tudo... meu freezer tava sempre cheio, escolhia o que comer. Agora tu vai ali, compra 100g de mortadela e toma num cafézinho da tarde e olhe lá”. (GLADES, d.c, 2023)

“Eles tão ganhando rios de dinheiro por ter retirado a Nazaré, lá valia muito dinheiro e daí tão deixando a gente a nada... assim como é a Cooperativa é o Posto de Saúde”. (SÔNIA, d.c, 2022)

Quanto ao acesso a serviços básicos, saliento que no novo território há dois postos de saúde relativamente próximos, a Unidade de Saúde Wenceslau Fontoura e a Unidade de Saúde Timbaúva, no entanto, por ter surgido uma demanda muito grande para a área, devido às 1.298 novas unidades habitacionais, os moradores foram divididos entre a U.S Timbaúva, que já é responsável por atender o restante do bairro, e a U.S. Wenceslau Fontoura, que frequentemente é mencionado possuir um quadro reduzido de funcionários da saúde, contando por vezes com um único médico, e conseqüente demora nos atendimentos. Além disso, há rumores sobre já existir a aprovação de um recurso para construção de um posto de saúde dentro do território, no entanto, as obras ainda não iniciaram. Atualmente há uma creche em funcionamento na comunidade, no entanto, além de não dar conta da demanda da comunidade, houve demora na sua construção, assim como tem ocorrido com o galpão de reciclagem. Além disso, os moradores reclamam sobre a dificuldade de se locomover, sobretudo até o centro da cidade, visto que não há nenhum ônibus que faça esse trajeto direto,

<sup>17</sup> Nome fictício também utilizado para preservar a identidade da moradora.

somente lotações que custam o dobro do preço da passagem. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) mais próximo também está superlotado devido à alta demanda. Além do mais, também havia sido prometido no projeto a criação de um posto policial dentro da comunidade e áreas de lazer que estão em falta.

Quanto à sensação de insegurança dentro do novo território, podemos analisá-la a partir da perspectiva de Gustavo Scherer (2018) que, em seu artigo sobre Territórios Violentados e Vidas Descartáveis, aborda a diferença entre territórios violentos e territórios violentados, cuja diferenciação baseia-se na compreensão de que os territórios em si não são violentos, pois a violência vai para além de um espaço geográfico, ela é alicerçada em diversos fatores, dentre eles a forma de produção e reprodução do capital. Nesse sentido, para o autor, considerar determinados territórios como violentos “pode levar a considerar que a violência está concentrada em um espaço geográfico que reúne pessoas tidas como violentas, ampliando estereótipos sobre diversos sujeitos que constroem as suas trajetórias de vida e resistências” (SCHERER, 2018, p. 258-259).

Durante muito tempo a Vila Nazaré foi marcada pelo estigma de território violento, principalmente por ser considerado um dos maiores pontos de comércio de drogas ilícitas em Porto Alegre, no entanto, os relatos dados pela maioria dos ex-moradores com quem tive contato contradizem essa afirmação. Sentiam-se seguros morando na vila, o que não tem ocorrido no atual território — ainda que essa informação possa ser utilizada como forma de questionar o processo de remoção e reassentamento através de uma idealização do território anterior, fazendo uso de recursos cognitivos e morais para lidar com o impacto da remoção em suas vidas buscando dar um novo sentido a ela. Sendo assim, reflito sobre quais fatores implicam na violência e sensação de insegurança no novo território. É possível ser por conta da junção de diversas comunidades, de distintas partes da cidade, removidas e realocadas em um território distante e em comum? Trago estes questionamentos a fim de demonstrar como a fragmentação e reconfiguração dos territórios, ao juntar pessoas de diversas vilas da cidade, faz com que haja propensão de ocorrer determinados conflitos.

Visto que há disputa entre diversas facções na cidade, o novo território não está isento dessas disputas, sobretudo por ser composto por moradores provenientes de vilas de diferentes regiões da cidade e que, possivelmente, sofrem com o controle de diferentes grupos criminosos. Muitos foram os dias de trabalho junto à OSC que não nos deslocamos até o território pois havia ocorrido conflitos que resultaram no óbito de moradores. Lembro de pelo menos durante um mês inteiro ouvir toda semana sobre novas violências ligadas ao tráfico ocorridas no loteamento, ou em suas proximidades, em frente a mercados, próximo às escolas

e ao posto de saúde ou mesmo dentro do território. Cabe ressaltar que muitas vezes presenciei camburões da Polícia Militar fazendo ronda dentro do condomínio, ato que também dividia opiniões.

Agora, situando a perspectiva de Scherer (2018) dentro do contexto da remoção e do reassentamento, quando se diz respeito à produção e reprodução do capital é quase impossível não relacionar com o motivo principal da remoção da Vila Nazaré: a expansão da pista de pouso e decolagem do Aeroporto Internacional Salgado Filho, visando o aumento do tráfego de aviões, principalmente de carga e descarga. Sendo assim, é possível perceber, então, que

a dinâmica espacial do capital produz espaços de segregação, onde uma massa populacional é deslocada pela dinâmica espacial do capital para territórios nos quais, muitas vezes, a ausência de proteção social dá lugar à presença de altas taxas de violência e criminalidade, com destaque para a violência letal. (SCHERER, 2018, p. 258)

Esse deslocamento proporcionado pelo capitalismo pode ser pensado levando em consideração também o conjunto de procedimentos e táticas utilizados no governo das populações, mencionado por Foucault (2008), visto que o Estado age na alteração das dinâmicas de vida da população. Para além disso, cabe mencionar uma reportagem da organização social Amigos da Terra (2022) para retomar o histórico do processo de privatização do aeroporto para a concessionária Fraport. A organização social afirma que para esse projeto — de expansão do aeroporto e consequente remoção da comunidade — a Fraport investiu R\$382 milhões. No entanto, Mello (2021) menciona uma entrevista dada à Rádio Gaúcha em 2019 pela CEO da Fraport, de modo que ela busca isentar a concessionária do aeródromo da responsabilidade para com o reassentamento das cerca de 1.500 famílias moradoras da Vila Nazaré, afirmando o compromisso apenas com a “desocupação”, ficando nítido o descompromisso com o restante do processo. A organização social pontua, ainda, em outro material disponibilizado, que

a responsabilidade pela remoção das famílias é da Fraport, o contrato de concessão do aeroporto é bem claro sobre isso. Contudo, os loteamentos foram construídos com recursos governamentais do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida; as remoções foram efetuadas pelo DEMHAB - o Departamento Municipal de Habitação, também um órgão público. A Fraport não arcou com sua responsabilidade e, por isso e pelas diversas violações de direitos que cometeu, está sendo processada na Justiça pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual, além das Defensorias Públicas Estadual e da União. O caso ainda corre, sem previsão para o julgamento final. (AMIGOS DA TERRA, 2021, p. 18)

Além da sensação de insegurança e do acesso precarizado a serviços básicos no Loteamento Irmãos Maristas, há outra problemática muito latente para as catadoras e os catadores de materiais recicláveis: como seguirão no ramo da reciclagem? Após muita reivindicação, conseguiram, como contrapartida, que a Fraport doasse o montante de 200 mil



reais para a construção de um galpão de reciclagem no novo território. Conforme mencionado anteriormente, sobretudo na Nazaré, além de catadores autônomos, existiam ao menos, segundo dados do Plano de Trabalho Social do DEMHAB, 36 galpões de reciclagem que empregavam diversos catadores. No entanto, os moradores foram removidos e reassentados no novo território e o galpão, que deve funcionar como uma Unidade de Triagem vinculada ao Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), ainda não foi entregue oficialmente.

### 3.1 “UMA CAIXINHA DE FÓSFORO”: A (IN)VIABILIZAÇÃO DA RECICLAGEM NO NOVO TERRITÓRIO

Novas remoções e antigos problemas. Algumas remoções em Porto Alegre são marcadas pela negligência com as famílias recicladoras. Assim como tem sido com a Vila Nazaré e o Parque Chico Mendes, o mesmo ocorreu com a remoção da Vila Dique (JESUS, 2014), em que a viabilização do trabalho no antigo território não fora garantida no novo. Para além dos galpões de reciclagem que existiam no território da Nazaré, na Vila Dique também foi ignorado o comércio de material reciclado realizado na comunidade, fato que também ocorria na Nazaré. No entanto, para o DEMHAB não faria sentido manter os comércios autônomos de reciclagem pois haveria a construção de um galpão no Porto Novo (condomínio para o qual as pessoas da Vila Dique foram destinadas). Entretanto, segundo Jesus (2014, p. 118), "esse galpão não dá conta de empregar todas as pessoas que trabalham com isso", relato similar ao que vem sendo discutido no Loteamento Irmãos Maristas. Além da Vila Dique, processo similar também ocorreu no reassentamento da Vila Chocolateiro:

Segundo o PTTS, há a previsão de um galpão de reciclagem com área de 1038,69 m<sup>2</sup> e capacidade de trabalho estimada para atender sessenta trabalhadores por turnos divididos em até quatro períodos de trabalho. No entanto, em decisão recente, contradizendo o compromisso afirmado anteriormente pelos elaboradores do PTTS, tem-se que esse único galpão abarcaria apenas quarenta (40) trabalhadores, dessa maneira excluindo a maioria dos moradores da comunidade, já que a base da geração de renda da Vila Chocolateiro é formada maciçamente por catadores, evidenciando a fragilidade com que a autonomia e geração de renda da comunidade é tratada na aplicação do processo de reassentamento. (COMISSÃO DE MOVIMENTO URBANO E AGRÁRIO SEÇÃO PORTO ALEGRE, 2011, p. 30)

É possível perceber como a história se repete em Porto Alegre, as promessas dificilmente são cumpridas em acordo com o que foi estabelecido anteriormente. Nesse sentido, voltemos ao que foi mencionado por Auyero (2018), sobre o fato de moradores de favela estarem sempre a esperar que algo aconteça, o que faz com que vivam “em um tempo

orientado para agentes poderosos e manipulado por estes” (2018, p. 147). Diante desse cenário, recorro ao caso da remoção da Vila Tronco, cujos acordos com a população eram frágeis, como no caso do movimento “Chave por Chave”, criado pelos moradores para que fossem garantidos seus direitos a uma nova moradia, não sendo simplesmente despejados sem nenhuma garantia ou tendo que depender de Aluguel Social ou Casas de Passagem, sendo necessário constantemente posicionar-se para revalidar o movimento perante a prefeitura e demais instituições responsáveis pela remoção (MESOMO, 2014, p. 119). Parafrazeando um relato da pesquisa da autora, “governo e feijão, só na pressão” (MESOMO, 2014, p. 126).

Agora, ao pensarmos nessas artimanhas governamentais de dificuldade de cumprimento do que foi prometido ou isenção perante as cobranças, poderíamos considerar que são estratégias mobilizadas pelos aparatos sociais, a fim de, ao confundir os meios, alcançar seus fins. O Estado se faz e se refaz também na confusão e ilusão da população, com o auxílio de suas móveis e maleáveis tecnologias de poder, no sentido de Foucault (2008).

Retomando a discussão sobre o galpão, diferente da Vila Chocolatão, onde ocorreu pelo menos o dimensionamento de quantas pessoas trabalhariam no galpão, no loteamento Irmãos Maristas não houve levantamento prévio e o galpão que está sendo construído julgam caber no máximo 30 catadores, sendo que, agora, há a previsão de pelo menos 60 pessoas interessadas em trabalhar no minúsculo galpão. Diante disso, o estudo de caso da Vila Chocolatão afirma que no novo ambiente do galpão

os trabalhadores da reciclagem deverão ter um saber-fazer que possa lidar com a mediação de poder, os marcos legais, a divisão igual da renda, conseguidos através da organização coletiva e da participação proporcional nas decisões que correspondam - assim como proposto na metodologia do PTTS - ao regime de autogestão (DEM HAB, 2009). Uma preparação competente pode vir a gerar sentidos de pertencimento e de identidade, podendo os trabalhadores apropriarem-se do novo galpão e chamá-lo de seu. Quando isso for realizado a ACRVC terá condições organizativas capazes de exigir a quantidade necessária de materiais recicláveis para sustentabilidade do principal meio de geração de renda da Comunidade Vila Chocolatão. (COMISSÃO DE MOVIMENTO URBANO E AGRÁRIO SEÇÃO PORTO ALEGRE, 2011, p. 32)

Assim como na Vila Chocolatão, a reciclagem é o modo de subsistência de muitas das famílias oriundas da Vila Nazaré e do Parque Chico Mendes, no entanto, não houve um planejamento junto da comunidade de como seria a viabilização deste meio de trabalho. Quando a remoção estava em vias de se efetivar, havia boatos de que haveria um galpão de reciclagem para os moradores, mas as catadoras relataram aflição com a incerteza. Até que houve a remoção e, conforme mencionado anteriormente, a partir de reivindicações conseguiriam como contrapartida a construção de um galpão de reciclagem.

Quando estava em campo, fui informada, pelo Clube de Mães, que para efetivação do galpão era preciso a gestão de alguma associação ou cooperativa para ficar responsável pelos trâmites burocráticos que envolvessem as tratativas com o município e demais agentes do processo. Como não havia uma cooperativa no local, o Clube de Mães se responsabilizou por auxiliar nesse processo. A direção do clube prontificou-se a fazer um levantamento de quantas pessoas trabalhavam ou estavam trabalhando com reciclagem no novo território e que teriam interesse em participar da Unidade de Triagem, foram identificadas 60 pessoas, em sua maioria mulheres, sobretudo negras e mães. Enquanto as obras do galpão não iniciavam, o Clube de Mães conseguiu uma parceria para doar mensalmente cestas básicas para as famílias recicladoras.

Identifiquei que nenhuma das mães que faziam parte da direção do clube tinha envolvimento com a reciclagem, apenas diziam ter interesse em auxiliar os catadores. Diante disso, perguntei o que Juraci achava do auxílio do Clube de Mães nesse processo e ela considera que "tem que ter um pra buscar por nós, a gente pede, mas alguém tem que ir lá pra levar os papéis pra começar alguma coisa" (JURACI, d.c, 2023). Uma das dificuldades observada, apesar de ter um reconhecimento entre os catadores, é que o modo como costumavam se organizar era mais individual, geralmente cada um fazia sua reciclagem em casa, e agora urge a necessidade de se organizar dentro de um coletivo pois para o funcionamento da U.T. (Unidade de Triagem) é necessário que haja uma cooperativa oficializada, com estatuto, regimento interno e cooperados.

No que tange esse processo de ajuste do trabalho individual para o coletivo e essa determinação, ainda que subjetiva, em geral de cima para baixo, da política habitacional, que obriga pessoas que não tem familiaridade com o trabalho coletivo a organizar-se dessa maneira, faz com que essas dificuldades se repitam, como no caso do reassentamento da Vila Cai-Cai, no bairro Cavalhada em Porto Alegre, em que um morador relata que

"eles entregaram pra nós em média de dois anos depois que a gente tava aqui e foi uma dificuldade também a gente trabalhar todo mundo junto. Trabalhar no grande grupo, essa foi a maior dificuldade. Todo mundo aprendeu a trabalhar sozinho, individual". (COMISSÃO DE MOVIMENTO URBANO E AGRÁRIO SEÇÃO PORTO ALEGRE, 2011, p. 33)

Nesse sentido, ao pensar neste momento em que os catadores realizam esse movimento, recorramos ao que Heidrich afirma sobre o fato de que em "qualquer processo de territorialização (seja de desterritorialização ou de reterritorialização), o fortalecimento ou o enfraquecimento de tais vínculos depende da invenção de novas relações da sociedade com o espaço [...]" (HEIDRICH, 2006, p. 28 *apud* COMISSÃO DE MOVIMENTO URBANO E

AGRÁRIO SEÇÃO PORTO ALEGRE, 2011, p. 32). Sendo assim, diante desse processo de territorialização de um novo espaço, os trabalhadores precisam desenvolver um senso de coletividade, em tese inexistente anteriormente<sup>18</sup>, a fim de fortalecer seus vínculos para que consigam desenvolver suas atividades laborais em consonância com o previsto para criação da cooperativa, além de desenvolver uma relação com o novo espaço, ainda que seja um grande desafio.

Quando as obras iniciaram, foi dado um prazo de 45 dias para a entrega do galpão. No entanto, meses se passaram e a entrega oficial ainda não foi realizada, os catadores seguem esperando para dar início aos trabalhos. Entretanto, enquanto esperam, não podem exercer seu trabalho pois há a proibição pelos síndicos. Em conversa com Juraci, ela pontua que “as pessoas começaram já a fazer aí nos prédios e não pode, eles (os síndicos) iam tirar, eles falaram que não pode”, sendo assim, afirma que “já que não pode, então vamo fazer um galpão pro povo trabalhar aqui, porque o povo trabalhava lá” (JURACI, d.c, 2023). Afirmou ainda que “se dependesse só da reciclagem a gente tinha desistido daqui, e eu não quero desistir, eu quero ficar aqui. Se me tirar isso daqui eu vou pra baixo da ponte” (JURACI, d.c, 2023), é perceptível a angústia passada até o momento pelas catadoras e catadores, tendo sua principal fonte de renda “pausada” enquanto para a fome não há pausa. Essa “pausa” pode ser compreendida à luz da reflexão de Mesomo (2018), sobre a remoção instaurar entre os moradores impactados

uma situação de suspensão do cotidiano, sendo que este pode ser pensado como construído na relação com os vizinhos, amigos e família que moram próximos, na posse de uma casa com determinadas características, no modo de vida levado no lugar onde se vive (MESOMO, 2014, p. 55).

A pausa forçada é um tempo “tensivo e suspensivo” que, segundo Mesomo (2014) “oscila entre permanecer e/ou deixar a casa, de acordo com as possibilidades oferecidas pela Prefeitura, os desejos dos moradores e as estratégias possíveis” (2014, p. 57), não se tratando, portanto, de “um tempo ritual, mas uma condição a que estas vidas estão expostas, em função das ações do Estado” (2014, p. 57). Nesse sentido, a suspensão das dinâmicas de trabalho por grande parte dos catadores, enquanto se espera o galpão ser entregue e estar em pleno funcionamento, é uma forma de gestão dessa população, sobretudo dessa categoria de trabalho, responsável por denotar mais um modo de controle além da remoção propriamente dita.

No entanto, apesar dessa suspensão do trabalho por grande parte dos catadores, ainda há quem continue catando no território e em seu entorno. Há quem consiga sobreviver por

---

<sup>18</sup> Digo “em tese” pois diversos podem ser os sentimentos e ações em prol da coletividade, ainda que os catadores se identifiquem mais com o trabalho de maneira individual.

outros meios, através de benefícios sociais ou mudança de trabalho, como no caso do marido de Juraci, porém, essa realidade não é comum a todos. Imagine um homem negro de 47 anos e não alfabetizado, quais as chances de ele conseguir ser reinserido no mercado de trabalho formal? Ou mesmo uma mulher negra, de 53 anos, que também não teve acesso ao ensino regular, quais suas possibilidades além da reciclagem? Conheci catadores com ambas as características, que precisavam, de qualquer forma, continuar trabalhando com reciclagem, dentro ou fora do loteamento. Chamo atenção, aqui, para o que foi mencionado no capítulo anterior, sobre a agência de práticas e ações de um governo racializado (YSTANES; MAGALHÃES, 2020), dotado de branquidade (PATERNIANI, 2016), na vida dos catadores de materiais recicláveis e formas de dar continuidade à reciclagem no loteamento, contrapondo-se às ações institucionais racistas e racializadoras presentes no processo.

Apresento, então, um pouco da história de Leonardo<sup>19</sup>, catador há 28 anos e um dos poucos catadores que conseguiu seguir na reciclagem autônoma, com uma certa infraestrutura, mesmo dentro do loteamento. Organizou seu trabalho ao longo da cerca que delimita os limites do loteamento, com o auxílio de *bags*<sup>20</sup> ele realiza a separação dos materiais coletados ao longo da cidade. Trabalha de modo autônomo, com um carrinho acoplado a uma bicicleta, e relata que percorre cerca de 30km por dia para realizar a coleta dos resíduos. Nos contou, ainda, que comerciantes e moradores do loteamento reservam os resíduos recicláveis para ele, o que me parece particularmente controverso, demonstrando as brechas nas leis condominiais impostas e aplicadas. A figura a seguir demonstra a organização do trabalho de Leonardo.

Figura 6: Disposição dos *bags* para realizar a triagem dos resíduos (arquivo pessoal).



19 Nomes fictícios utilizados para preservar a identidade dos catadores.

20 Enormes sacos utilizados para fazer a triagem dos resíduos para reciclagem.

Existem, ainda, catadores e catadoras que em pequenos trajetos realizados ao longo do dia, como levar os filhos na escola ou ir a uma consulta médica, coletam alguns resíduos e os vendem logo em seguida, sem acumulá-los, o que faz com que alguns trocados sejam adquiridos no dia-a-dia. Essas movimentações são formas de driblar a governamentalidade de suas vidas e resistir em meio a um processo tão difícil quanto uma remoção, responsável por modificar completamente suas vidas e modos de viver.

No entanto, ainda que exista, essa realidade e manutenção do trabalho não é comum a todos. Dona Glades, é um exemplo de quem considera ter tido sua vida muito impactada pela remoção e pela negligência perante a reciclagem. Compartilhou comigo que “foi uma coisa de louco o que isso me sacrificou, eu não tenho ganho nenhum” (GLADES, d.c, 2023), sendo que no território de origem ela possuía rendas fixas, tendo além de um galpão de reciclagem, que empregava mais uma pessoa, também um comércio. No entanto, o comércio não foi inscrito pelo DEMHAB na hora do cadastramento, o que acarretou na perda do imóvel. Inúmeras são as situações a que as pessoas são submetidas diante de um processo de remoção, mas o repetido descaso com essa profissão tão numerosa em diversas das remoções realizadas pelo DEMHAB é, no mínimo, curioso. Diante do exposto, Cardoso (2022) contribui para pensar a enorme engenharia do saber envolvida no processo de reciclagem,

para a realização do serviço é necessário saber onde estão os resíduos, quais roteiros seguir, quanto tempo, a qualidade dos materiais. é necessário conhecer cada tipo, cada polímero plástico, tipos de metais, textura e ondulações do papel, separando os resíduos em mais de setenta classificações diferentes. (CARDOSO, 2022, p. 53)

Mesmo diante de todo esse arcabouço importante e desvalorizado no ciclo da reciclagem, os catadores seguem tendo que exigir providências para o término da construção do galpão de reciclagem para que possam retornar aos trabalhos. Cabe ressaltar que os catadores não tiveram acesso à planta de construção do galpão, o que lhes causa indignação devido ao tamanho do mesmo. Ainda assim, os catadores seguem acompanhando as obras, mesmo que de longe, e aqui resgato a frase que abre o capítulo, sobre Andressa considerar o galpão enquanto “uma caixinha de fósforo” (ANDRESSA, d.c, 2022). As figuras a seguir apresentam a infraestrutura atual do galpão:

Figura 7: Infraestrutura vista de fora do galpão (arquivo pessoal)



Figura 8: Galpão entregue sem piso (arquivo pessoal)



Atualmente o galpão possui somente uma estrutura com quatro paredes muito altas de alvenaria, com cerca de 9 metros, comprimento de cerca de 11 metros, tendo uma abertura a partir dos 4 metros iniciais, com cerca de 5 metros de altura, que ninguém entende para que servirá visto que não é uma abertura comum na modalidade de Unidade de Triagem esperada pelos recicladores. As catadoras e os catadores consideram o local demasiadamente pequeno para comportar 60 pessoas trabalhando e a própria infraestrutura os desagrada, consideram que foi, em tese, muito dinheiro empenhado (200 mil reais) para o que vai ser entregue

um galpão simplezérrio, podia ser bem feito, com bastante madeira boa, sairia bem mais barato. Aquilo ali ficou parecendo um mausoléu. Não chamaram a gente, não mostraram uma planta. A gente ia lá ver, um tempo era só os buracos, aí depois a gente começou a ver subir material, ‘já tá subindo material, já tão construindo’... mas a gente não teve acesso a planta não, não ficamos sabendo disso, ninguém. **Se tivesse mostrado, a gente teria dado uns palpites porque nós aqui tudo entende da reciclagem e sabe muito bem do espaço que a gente precisa.** (JURACI, d.c, 2023, grifo meu)

Essa é uma das principais reclamações dos recicladores, se tivessem sido consultados poderiam ter auxiliado na construção do projeto, tornando-o inclusive mais barato. Agora, questionam que para além da infraestrutura é necessário que tenha um banheiro, uma cozinha, uma prensa, uma mesa ou uma esteira, um espaço para os *bags*... dona Glades questiona,

aquele bionguinho, vão botar prensa ali dentro, vão botar o lixo, vão fazer uma mesa. Onde que as pessoas vão ir no banheiro, comer? Vão no mato? Tinha lugar até a beirada da faixa, dava pra fazer grande. 200 mil foi ali naquilo ali? Olha, se foi 50 mil foi muito. Pra onde foi os outros 150? (GLADES, d.c, 2023)

No dia 12 de janeiro de 2023, em uma quinta-feira quente do verão portoalegrense, eu e a equipe do eixo ambiental do projeto nos direcionamos voluntariamente, pois já havíamos

sido desligados do trabalho, para o loteamento a fim de realizarmos uma visita ao galpão de reciclagem junto a uma servidora do DEMHAB, objetivando averiguar a situação do local, obter mais informações e realizar a medição do terreno. Este foi o dia em que obtivemos acesso à planta do local e recebemos a informação de que a Fraport já havia encerrado o que havia se comprometido a fazer, e que aquele era o projeto finalizado (demonstrado nas figuras apresentadas anteriormente). Neste dia, passei o dia inteiro no loteamento, pois a visita ocorreu na parte da manhã, depois dela realizei a entrevista com Juraci e na parte da tarde acompanhei a assembleia para eleição da nova chapa responsável pela direção da cooperativa.

Quando informamos aos catadores que o trabalho da Fraport já havia sido encerrado, houve muita indignação e frases como “200 mil? Aqui tem 30 mil e 170 no bolso deles”, “o dinheiro veio fácil na mão deles”, “dava pra puxar mais pros lados e pra frente” foram ditas por alguns deles. Nesse mesmo dia, após a reunião, acompanhamos eles em uma visita ao galpão, estavam presentes cerca de 30 catadoras e catadores e houve, inclusive, uma simulação de como seria se tivessem o que lhes foi prometido. Um dos catadores falou “vou ali na cozinha tomar um café”, indo em direção às árvores ao redor do galpão, enquanto outro estava do outro lado “usando o banheiro” ao lado de uns restos de escombros da obra. Além disso, houve a gravação de alguns vídeos, com todos eles dentro do galpão, alguns segurando sacos com reciclagem nas mãos, que pegaram à caminho do galpão, e proferindo gritos como “queremos trabalhar”, “cadê o galpão?” e “queremos trabalhar e o <sup>21</sup>Melo não quer deixar”.

Além de toda a expectativa envolvida no processo de construção da Unidade de Triagem, os catadores ainda precisam se organizar em uma cooperativa, conforme mencionado anteriormente. Sendo assim, houve uma assembleia para realizar a eleição de uma nova chapa, em substituição ao Clube de Mães que presidia a cooperativa e, agora, a direção é formada inteiramente por mulheres catadoras. Desta forma, para o desenvolvimento de uma cooperativa

É necessário saber sobre a contabilidade - valores, compradores, forma de pagamento. Uma cooperativa de catadoras/es de materiais recicláveis, estas precisam estar documentadas num nível burocrático maior que para as empresas privadas, necessitam prestar contas as/aos suas/eus cooperadas/os e sociedade. Quanto mais organizada for a cooperativa, maior serão seus custos e os benefícios as/aos cooperadas/os” (CARDOSO, 2022, p. 53).

Para a engenharia que envolve o processo de construção de uma cooperativa é necessário pequenos passos e parcerias. Cardoso (2022) aborda a relação da prefeitura de Porto Alegre com as Unidades de Triagem dispostas ao longo da cidade, a qual fornece “toda a infraestrutura para as UTs conveniadas e garante o custeio de manutenção com cerca de R\$

---

21 Em referência ao atual prefeito da cidade, Sebastião Melo.



5.200,00 por mês” (PMPA, 2021b *apud* CARDOSO, 2022, p. 66-67). No entanto, Cardoso (2022) afirma que os catadores consideram esse valor insuficiente, sobretudo pela baixa geração de postos de trabalho, o que acarreta diretamente nos índices de reciclagem do município. O autor afirma ainda que “anteriormente eram 14 e atualmente são 19 UTs, entretanto, a geração de postos de trabalho na reciclagem na capital do Rio Grande do Sul caiu 34%, de 700 para 492 catadoras(es) trabalhando” (CARDOSO, 2022, p. 66-67). A partir disso, é possível perceber, então, a falta de incentivo perante a prefeitura para a política de reciclagem da cidade.

Sendo assim, levando em consideração essa falta de incentivo e preocupação com o desenvolvimento da reciclagem no município, é possível pressupor o motivo pelo qual esse recorte não foi feito diante do processo de reassentamento dos moradores. Parece que a prefeitura busca, deliberadamente, dificultar por meio de suas ações a vida das pessoas, agindo na continuidade da reprodução de negligências durante a construção de políticas públicas, sejam elas ambientais ou habitacionais. Porém, já é chegada a hora de prestar mais atenção à política de reciclagem e a quem a desenvolve na cidade, pois diversas têm sido as ameaças ambientais no entorno do município, como a tentativa de construção de um lixão na zona rural de Viamão<sup>22</sup> e a tentativa de emplacar uma Mina de Carvão a céu aberto em Guaíba<sup>23</sup>, mas a categoria de reciclagem segue sem ter seus direitos valorizados ou mesmo garantidos.

---

22 Mais informações disponíveis em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/07/ameaca-de-instalacao-de-lixao-em-viamao-rs-motiva-protesto-no-domingo-9>. Acesso em março de 2023.

23 Mais informações disponíveis em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/03/15/projeto-da-mina-guaiba-na-regiao-metropolitana-de-porto-alegre-e-arquivado-pela-fepam.ghtml>. Acesso em março de 2023.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi uma tentativa de análise do impacto que uma remoção e um reassentamento podem ter sobre as dinâmicas de trabalho e convívio social de catadores de materiais recicláveis, buscando observar o modo como políticas públicas, neste caso de habitação, reconfiguram as dinâmicas de trabalho, de espaço, de mobilidade e de subjetividade de sujeitos removidos ou em situação de remoção. Conteí com o apoio de outros estudos já desenvolvidos em Porto Alegre, os quais foram fundamentais para analisar a repetição e reprodução de determinadas táticas, estratégias e comportamentos que ocorrem a partir das políticas remocionistas da capital gaúcha.

A remoção da vila Nazaré foi um longo processo experimentado pelas cerca de 1.190 famílias removidas, em torno de 15 anos desde o início do processo, em 2006, até ser decretada sua conclusão, em 2021 — mesmo que ainda restem moradores no território, no entanto sua remoção já não é mais considerada de “interesse público”. Foi possível observar que o processo de remoção se deu a partir de um conjunto de táticas, estratégias, interesses, pressões e promessas alicerçado em uma parceria público-privada, diante da concessão do aeroporto internacional salgado filho para a empresa Fraport, tendo sua aceleração impulsionada através das exigências da FIFA para que a cidade pudesse sediar a copa do mundo de 2014, ainda que a remoção só tenha iniciado 5 anos depois da copa.

Esse conjunto de agência, atores e ações, analisado à luz dos conceitos foucaultianos de governamentalidade e tecnologias de poder, foi responsável por proporcionar uma gama de experiências na população removida ou em situação de remoção, os quais busquei apresentar a partir dos relatos e entrevistas que me foram facilitados pelas catadoras e moradoras atuais do Loteamento Irmãos Maristas, num exercício de não falar delas e nem sobre elas, mas com elas e em favor delas.

O Plano de Trabalho Técnico Social, responsável pelo projeto de reassentamento e pós-reassentamento da comunidade, identificou edificações exclusivas para reciclagem, mas em sua formulação discorre pouco ou quase nada sobre alternativas para o segmento da reciclagem no novo território em que as pessoas foram reassentadas, dificultando a viabilidade do trabalho e fazendo com que os catadores se encontrem sem esperanças, ao mesmo tempo que aguardam alguma resolução através do poder público. Após pressão popular, foi acordado que, como contrapartida da concessionária, seria construído um galpão de reciclagem no território, no entanto, sua entrega completa está atrasada e seu

funcionamento está condicionado à direção através de uma cooperativa, processo que tem sido difícil de ser realizado em ambos os casos.

Sendo assim, dentre os impactos observados como reconfiguradores das dinâmicas de trabalho, de espaço, de mobilidade e de subjetividade dos catadores e das catadoras, têm-se: 1) a perda da renda advinda da reciclagem, devido às proibições e empecilhos impostos tanto pela remoção quanto pelo reassentamento; 2) a inviabilização da continuidade no trabalho, devido ao atraso na entrega do galpão de reciclagem; 3) a alteração na mobilidade e a intransitoriedade que dificultam a habitação; 4) a fragmentação do senso coletivo existente no território de origem e a obrigatoriedade da criação de uma nova coletividade, devido à incorporação de novos colegas de outras vilas removidas; 5) a espera, enquanto agente criador de expectativas e frustrações; e 6) a suspensão do cotidiano, no sentido apresentado por Mesomo (2014), responsável por suspender as dinâmicas e organizações sociais e trabalhistas de que dispunham anteriormente os trabalhadores. A partir disso, foi possível analisar o quanto esses impactos são também reflexo da governamentalidade, no sentido de Foucault (1998), presente no dia a dia da população.

Cabe ressaltar, que recortes raciais e de gênero, e suas intersecções, carecem de análises mais aprofundadas, sobretudo no que tange o universo da reciclagem, visto que, segundo Cardoso (2022), 2 a cada 3 pessoas são mulheres e negras. Além disso, ao longo da pesquisa, foi observada a grande presença negra e feminina nos espaços de debate (reuniões) e no exercício do trabalho propriamente dito. Portanto, a análise de tais dados pode suscitar novas elaborações quanto a essas categorias, demonstrando-se ser um campo frutífero para novas pesquisas.

Buscou-se organizar a pesquisa separando-a em dois momentos, o primeiro, considerando o período anterior à remoção e durante ela, abordando os sentimentos, angústias, medos, expectativas, frustrações, incertezas, anseios e reivindicações, e o segundo, após a remoção, lançando luz sobre as promessas, irresoluções, tempos de espera, decepções e expectativas. Além disso, os capítulos foram subdivididos, contando com seções que enfatizaram o funcionamento da reciclagem no antigo e no novo território, permitindo a observação dos impactos em uma certa cronologia, inicialmente sendo sentidos diante das promessas e incertezas e posteriormente no decorrer do cotidiano da população.

Identificou-se, ainda, que as figuras que mais eram responsabilizadas, diante do processo de reassentamento, eram da instância pública, tanto o DEMHAB quanto a prefeitura, mesmo que o projeto tenha sido viabilizado com o apoio e incentivo financeiro da iniciativa privada. Quem estava em diálogo frequente, e frente a frente, com a população eram os

órgãos públicos, o que acentua a responsabilidade pelo projeto diante dos moradores. Quando o projeto estava em contestação, ainda durante as audiências, se falava na responsabilidade da Fraport, como na frase mencionada ao longo do texto que afirma que a “empresa alemã veio violar os direitos do povo da Nazaré”, no entanto, ao longo do processo, a iniciativa privada foi sendo invisibilizada e a responsabilização recaiu toda sobre a gestão municipal. As parcerias público-privadas, tanto de concessão quanto de terceirização, observadas nesse processo, agenciam e coordenam a vida dos moradores ao passo que confundem o nível de envolvimento que dispõe sobre o processo.

Para além disso, o que se segue atualmente, após dois meses de finalização do trabalho de campo, é o mesmo cenário: os catadores seguem aguardando o andamento da entrega do galpão de reciclagem para que possam retornar aos trabalhos. É inadmissível que os trabalhadores tenham a suspensão de seus trabalhos por tempo indeterminado, baseado em promessas e prazos de entrega não concluídos que não colocam comida na mesa dos trabalhadores, mas que são fruto de um governo racializado (YSTANES; MAGALHÃES, 2020). E, conforme mencionado ao longo da pesquisa, essa história repete-se frequentemente nas remoções realizadas em Porto Alegre. Contudo, é preciso salientar que os moradores têm direito de não ser removidos, de não perder suas casas nem seus postos de trabalho. Além disso, em uma sociedade capitalista movida pelo capital, o mínimo que se pode fazer é garantir e facilitar o acesso aos meios de trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. **Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro.** Mana, [S.L.], v. 21, n. 3, p. 483-498, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO).

AMIGOS DA TERRA. DO CAMPO À CIDADE: histórias de luta pelo direito dos povos à terra e à vida. **Histórias de luta pelo direito dos povos à terra e à vida.** 2021. Disponível em:

[http://www.amigosdaterrabrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/06/publi\\_ssnc\\_v7\\_ptbr.pdf](http://www.amigosdaterrabrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/06/publi_ssnc_v7_ptbr.pdf). Acesso em: 20 fev. 2023.

AUYERO, Javier. **Vidas e Política das Pessoas Pobres - as coisas que um etnógrafo político sabe (e não sabe) após 15 anos de trabalho de campo.** Sociologias, Porto Alegre, v. 28, n. 13, p. 126-164, set. 2011.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Brasília) (org.). **Caderno de orientação técnico social.** Brasília: Caixa Econômica Federal, 2013. Disponível em: [https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/caderno\\_de\\_orientacao.pdf](https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/caderno_de_orientacao.pdf). Acesso em: 15 fev. 2023.

CARDOSO, Alexandre. **O eu catador: reciclando humanidades, resignificando resíduos e compartilhando a cultura social da reciclagem.** 2022. 102 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

Comissão de movimento urbano e agrário seção Porto Alegre. **Nem tudo que reluz é ouro: reassentamento da comunidade da vila chocolate, Porto Alegre/RS.** Terra Livre, São Paulo, v. 2, n. 37, p. 19-45, fev. 2011.

DEMHAB. **Projeto de Trabalho Técnico Social.** Porto Alegre: DEMHAB, agosto de 2015.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população.** São Paulo: Martins Fontes, 2008

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GUTTERRES, Anelise dos Santos. **A (des)habitação enquanto um disciplinamento moral e uma prática de Estado na criação de territórios.** Etnografica, [S.L.], n. 213, p. 569-583, 1 out. 2017.

JESUS, Tiana Brum de. **Um dique no meio do caminho: processos de reassentamento e a intersectorialidade das políticas sociais.** 2014. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO. **Ação de remoção das famílias da Vila Nazaré é finalizada com êxito**. 2022. Disponível em: [https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia\\_visualizar&id\\_noticia=25215](https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=25215). Acesso em: 06 mar. 2023.

LISBOA, Cassiano Pamplona. **Itinerários de catadores: (des)encontros com o campo ambiental**. 2013. 216 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MAGALHÃES, Alexandre. “A lógica da destruição: sufocamento, asfixia e resistências nas favelas do Rio de Janeiro”. In: CARVALHO, Monique; FARIAS, Juliana; LEITE, Márcia; ROCHA, Lia (orgs). **Militarização no Rio de Janeiro: Da pacificação à intervenção**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018, pp. 262-281.

MAGALHÃES, Alexandre; PETTI, Daniela. “‘Nossa casa está condenada’: O recurso à técnica como o modo de gerir populações no Rio de Janeiro”. **Revista de Antropologia da UFSCar**, vol. 10, n. 1, pp. 257-274, 2018.

MELLO, Bruno Cesar Euphrasio de. Manual de técnicas da empresa que desapropria. **Revista E-metropolis**, v. 47, p. 46-53, 2021.

MENEZES, Palloma Valle. Monitorar, negociar e confrontar: as (re)definições na gestão dos ilegalismos em favelas pacificadas. **Tempo Social**, [s. l], v. 30, n. 3, p. 191-216, dez. 2018.

MESOMO, Juliana Feronato. **Cotidiano em suspenso: Remoção de populações e mobilização coletiva no contexto de duplicação da Avenida Tronco em Porto Alegre - RS**. 2014. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

OLIVEIRA, Lorena Silva. **O conceito de governamentalidade em Michel Foucault**. Ítaca, Rio de Janeiro, v. 34, p. 48-72, ago. 2019.

PATERNIANI, Stella Zagatto. Da branquitude do estado na ocupação da cidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 31, n. 91, p. 01, 4 jul. 2016. FapUNIFESP (SciELO).

SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE, **Matriz de Responsabilidades**. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/futebol-e-direitos-do-torcedor/copa-2014/matriz-de-responsabilidades>. Acesso em: 06 mar. 2023.

VIDAL E SOUZA, Candice. Habitar e mover-se no deserto que se torna cidade. In: Candice Vidal e Souza; André Dumans Guedes. (Org.). **Antropologia das mobilidades**. 1ed. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2021, v. 1, p. 487-516.

YSTANES, Margit; MAGALHÃES, Alexandre. Racialized Governance. **Conflict And Society**, [S.L.], v. 6, n. 1, p. 165-182, 1 jun. 2020. Berghahn Books.